



**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**  
**Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º andar –**  
**Brasília – DF – CEP: 70.308-200 Telefones: (61) 2027-3213 / (61) 2027-3981**  
**E-mail: [conade@mdh.gov.br](mailto:conade@mdh.gov.br)**

**Ata da 133ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)**

**Data:** 18/07/2023 a 20/07/2023

1 Nos dias dezoito, dezenove e vinte de julho de dois mil e vinte e três, foi realizada a 133ª Reunião  
2 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), sob a  
3 Coordenação do Conselheira Titular e Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência,  
4 Anna Paula Feminella (SNDPD/MDH) e do Vice-Presidente Décio Gomes Santiago. Estiveram  
5 presentes os seguintes Conselheiros/as Titulares e Suplentes da Sociedade Civil – Dia 19/07/2023:  
6 Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo  
7 (ABRA); Conselheira Titular Sílvia de Oliveira Pereira, Representante da Associação Brasileira de  
8 Saúde Coletiva; (ABRASCO); Conselheiro Titular Jô Nunes, Representante da Associação  
9 Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné,  
10 Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do  
11 Branco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheiro Suplente Antônio José Ferreira Freire,  
12 Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV);  
13 Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e  
14 Agronomia (CONFEA); Conselheira Suplente Laudeci Vieira dos Santos, Representante da  
15 Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (FEBRARARAS); Conselheiro Titular  
16 Décio Gomes Santiago, Representante da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil  
17 (FCD/BR); Titular Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das APAES  
18 (FENAPAES); Conselheiro Suplente Wagner Gonçalves Saltorato, Representante da Federação  
19 Nacional das APAES (FENAPAES); Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito,  
20 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI);

21 Conselheiro Suplente Gabriel Franca do Couto, Representante da Federação Nacional de Educação  
22 e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheiro Titular Marcio Castro de Aguiar, Representante da  
23 Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães,  
24 Representante da Retina Brasil; Conselheira Titular Márcia Adão, Representante da União Geral  
25 dos Trabalhadores (UGT). Conselheiros do Governo: Conselheira Titular Sônia Costa,  
26 Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Conselheiro Titular  
27 Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Junior, Representante do Ministério da Cultura (MinC);  
28 Conselheiro Titular Wallace Dias Freitas, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e  
29 Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Conselheiro Suplente Luís Maurício Alves  
30 dos Santos, Representante do Ministério do Esporte (ME); Conselheira Titular Isadora Carvalho de  
31 Oliveira, Representante da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos  
32 Direitos (SNPDDH/MDH); Conselheira Suplente Denise Maria Rodrigues Costa, Representante do  
33 Ministério da Saúde (MS); Conselheira Titular: Camilla de Vilhena Bemergui, Representante do  
34 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheira Titular: Ludymilla dos Santos Chagas,  
35 Representante do Ministério das Comunicações (MCom); Conselheiro Suplente Falk Soares Ramos  
36 Moreira, Representante do Ministério da Educação (MEC). Estiveram presentes os seguintes  
37 Conselheiros/as Titulares e Suplentes Da Sociedade Civil – Dia 19/07/2023: Conselheira Maria do  
38 Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheira  
39 Titular Silvia de Oliveira Pereira, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva  
40 (ABRASCO); Conselheiro Titular Jô Nunes, Representante da Associação Brasileira da Síndrome  
41 de Williams (ABSW); Conselheira Titular Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira,  
42 Representante dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheiro  
43 Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com  
44 Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheiro  
45 Suplente José Antônio Ferreira Freire, Representante da Confederação Brasileira de Desportos de  
46 Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho  
47 Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); Conselheira Suplente Laudeci Vieira dos Santos,  
48 Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (FEBRARARAS);  
49 Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago, Representante da Fraternidade Cristã de Pessoas com  
50 Deficiência do Brasil (FCD/BR); Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação  
51 Nacional das APAES (FENAPAES); Conselheiro Suplente Wagner Gonçalves Saltorato,

52 Representante da Federação Nacional das APAES (FENAPAES); Conselheiro Titular Jonas Pontes  
53 de Oliveira Brito, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi  
54 (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Suplente Gabriel Franca do Couto, Representante da  
55 Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheiro Titular Marcio  
56 Castro de Aguiar, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB);  
57 Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães, Representante da Retina Brasil; Conselheiro Titular  
58 Joelson Costa Dias, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheiros do  
59 Governo: Conselheiro Suplente Amanda Ivens Mina Arruda de Carvalho, Representante do  
60 Ministério das Cidades (MCid); Conselheiro Titular Wallace Dias Freitas, Representante do  
61 Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);  
62 Conselheira Titular Carla Ramos, Representante do Ministério das Mulheres (MM); Conselheira  
63 Titular, Anna Paula Feminella, Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com  
64 Deficiência (SNDPD/MDHC); Conselheira Titular Camilla de Vilhena Bemergui, Representante do  
65 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheira Titular Isadora Carvalho de Oliveira,  
66 Representante da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos Direitos  
67 (SNPDDH/MDH); Conselheiro Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Junior, Secretaria Especial de  
68 Cultura do Ministério da Cultura (MinC); Conselheira Suplente Denise Maria Rodrigues Costa,  
69 Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheiro Titular Fábio Augusto Lima de Araújo,  
70 Representante da Secretaria Especial do Esporte (ME); Conselheiro Titular Falk Soares Ramos  
71 Moreira, Representante do Ministério da Educação (MEC); Conselheiro Suplente Décio  
72 Nascimento Guimarães, Representante do Ministério da Educação (MEC). Estiveram presentes os  
73 seguintes Conselheiros/as Titulares e Suplentes da Sociedade Civil – Dia 20/07/2023: Conselheira  
74 Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA);  
75 Conselheira Titular Silvia de Oliveira Pereira, Silvia de Oliveira Pereira, Representante da  
76 Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Titular Jô Nunes,  
77 Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheira Titular  
78 Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Representante dos Familiares, Amigos e  
79 Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné,  
80 Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do  
81 Branco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheiro Titular Paulo Rogério Tadros,  
82 Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);

83 Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e  
84 Agronomia (CONFEA); Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das  
85 APAES (FENAPAES); Conselheiro Suplente Wagner Gonçalves Saltorato, Representante da  
86 Federação Nacional das APAES (FENAPAES); Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito,  
87 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI);  
88 Conselheiro Suplente Gabriel Franca do Couto, Representante da Federação Nacional de Educação  
89 e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheiro Titular Marcio Castro de Aguiar, Representante da  
90 Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães,  
91 Representante da Retina Brasil; Conselheira Titular Márcia Adão, Representante da União Geral  
92 dos Trabalhadores (UGT). Conselheiros do Governo: Conselheira Titular Cristina de Farias Araújo,  
93 Representante do Ministério das Cidades (MCid); Conselheira Suplente Amanda Ivens Mina  
94 Arruda de Carvalho, Representante do Ministério das Cidades (MCid); Conselheira Titular Sônia da  
95 Costa, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Conselheiro  
96 Suplente Falk Soares Ramos Moreira, Representante do Ministério da Educação (MEC);  
97 Conselheiro Titular Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Júnior, Representante do Ministério da  
98 Cultura (MinC); Conselheiro Titular Wallace Dias Freitas, Representante do Ministério do  
99 Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Conselheiro  
100 Titular Fábio Augusto Lima de Araújo, Representante do Ministério do Esporte (ME); Conselheiro  
101 Suplente Luís Maurício Alves dos Santos, Representante do Ministério do Esporte (ME);  
102 Conselheira Titular Nathalie Bulcão Gonzales, Representante do Ministério da Justiça e Segurança  
103 Pública (MJSP); Conselheira Suplente Lucimara Rosana Cardozo, Representante do Ministério das  
104 Mulheres (MM); Conselheiro Suplente Alex Andre Vargem, Representante da Secretaria Nacional  
105 de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SNPDH/MDHC); Conselheira Presidente Anna  
106 Paula Feminella, Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência  
107 (SNDPD/MDHC); Conselheiro Titular Arthur de Almeida Medeiros, Representante do Ministério  
108 da Saúde (MS); Conselheira Suplente Denise Maria Rodrigues Costa, Representante do Ministério  
109 da Saúde (MS); Conselheira Titular Camilla de Vilhena Bemergui, Representante do Ministério do  
110 Trabalho e Emprego (MTE). Convidados: Henrique Pandim Barbosa Machado, Procurador-Geral  
111 de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Goiás (TCGO); Joaquim Alves de Castro Neto,  
112 Presidente do Tribunal de Contas dos municípios do Estado do Goiás (TCM/GO); Carmem Viana  
113 Castiñeiras Bezerril, Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas dos municípios do Goiás

114 (TCM/GO); Pedro de Albuquerque Maranhão, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas  
115 dos municípios do Goiás (TCM/GO); Naira Rodrigues Gaspar, Diretora de Proteção à Pessoa com  
116 Deficiência (DPPD/MDHC); Antônio José do Nascimento Ferreira, Coordenador-Geral de Relações  
117 Institucionais (SNDPD/MDHC); Alex Reinecke, Assessor Plano Viver sem Limite 2; Rafael Faria  
118 Gieger, Auditor-Fiscal do Trabalho (SRTE-RS). **ABERTURA 18/07/2023:** A Instalação do  
119 Plenário foi iniciada, a partir da fala da Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa  
120 com Deficiência, Anna Paula Feminella, que cumprimentou a todos/todas/todes. Em seguida, foi  
121 feita a verificação do quórum, sendo verificado como suficiente. Assim iniciou-se a 133ª Reunião  
122 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. Quebrando o  
123 protocolo, foi concedida a palavra para a Sra. Laís Silveira Costa, Pesquisadora da Escola Nacional  
124 de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP/FIOCRUZ. A Sra. Laís Silveira Costa iniciou a  
125 oportunidade cumprimentando a todas as pessoas presentes e abordando, de forma prevê, o  
126 lançamento do livro Itinerário de Reflexões e Práticas de Acessibilidade e Inclusão: A Potência do  
127 Fórum Interinstitucional, que trata de um conjunto de textos oriundo de diálogos entre  
128 pesquisadores, ativistas nos movimentos da sociedade civil organizada, gestores, profissionais e  
129 técnicos das três esferas de governo. O livro parte da experiência e articulação do Fórum  
130 Interinstitucional e foi desenvolvida a partir de projetos de pesquisa sobre a atenção primária à  
131 saúde sobre a deficiência e formas de desenvolver mecanismos de visibilidade e modelos de  
132 atenção. Ademais, elencou outros projetos que estavam em andamento, como por exemplo o guia  
133 de linguagem simples e informou que qualquer desses materiais estavam disponíveis para  
134 apropriação e consulta, tanto em versão digital quanto física, com inclusive, Audiodescrição e  
135 libras. Em seguida, o Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoa com  
136 Deficiência, Décio Gomes Santiago passou a condução dos trabalhos. Deu início a pauta passando-  
137 se à Aprovação da ATA da 132ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa  
138 com Deficiência – CONADE. Não havendo observações, retificações, modificações ou explicações  
139 ao seu conteúdo, a ATA da 132ª Reunião Ordinária foi considerada aprovada por unanimidade. Na  
140 sequência, passou-se a aprovação da pauta. A pauta prevista para a sessão ordinária foi composta  
141 pelos seguintes itens – Dia 18/07/2023: 14h30 – Apresentação do relatório da Comissão de  
142 Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa Com Deficiência da  
143 Lei Brasileira de Inclusão – LBI; 15h30 – Apresentação do relatório da Comissão de Políticas  
144 Públicas – CPP; 16h – Apresentação do relatório da Comissão de Comunicação Social – CCS;

145 16h30 – Apresentação do relatório da Comissão de Articulação de Conselhos – CAC e da Comissão  
146 Técnica Científica da 5ª Conferência Nacional; 17h – Encerramento. Dia 19/07/2023: 09h –  
147 Instalação do Plenário; 09h15 – Apresentação do relatório da Comissão de Defesa e Proteção dos  
148 Direitos da Pessoa com Deficiência; 10h – Apresentação das ações do Ministério do Esporte  
149 relacionado ao Paradesporto; Convidado: Fábio Augusto Lima de Araújo, Secretário Nacional de  
150 Paradesporto do Ministério do Esporte – ME; 11h – Apresentação da Associação Brasileira da  
151 Síndrome de Williams – ABSW: Convidada Jô Nunes, Presidente e Fundadora da ABSW; 12h –  
152 Almoço; 14h – Instalação do Plenário; 14h15 – Ações de combate ao bullying e capacitação dos  
153 professores quanto ao atendimento de estudantes com Deficiência. Convidado: Décio Nascimento  
154 Guimarães, Diretor de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do Ministério da  
155 Educação – MEC; 16h – Relato dos representantes do Interconselho de Avaliação Biopsicossocial e  
156 da Câmara Técnica de Saúde; 17h – Encerramento. Dia 20/07/2023: 09h – Instalação do Plenário;  
157 09h15 – Apresentação das ações de acessibilidade do Ministério Público de Contas Municipais do  
158 Estado de Goiás: Convidado: Dr. Henrique Pandim Barbosa Machado, Procurador Geral de Contas  
159 do Tribunal de Contas do Goiás – TCGO; 10h30 – Relato das ações da Secretaria Nacional dos  
160 Direitos da Pessoa com Deficiência – SNDPD. Convidada: Anna Paula Feminella, Secretária  
161 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 10h45 – Relato da Avaliação Biopsicossocial.  
162 Convidada: Naira Rodrigues Gaspar, Diretora de Proteção à Pessoa com Deficiência –  
163 DPPD/MDHC; 12h – Almoço; 14h – Instalação do Pleno; 14h15 – Atuação da Inspeção do trabalho  
164 e inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho. Convidada: Camilla de Vilhena  
165 Bemergui, Auditora Fiscal do Trabalho da Coordenação Nacional de Inclusão de Pessoas com  
166 Deficiência e Beneficiários Reabilitados pela Previdência Social no Mercado de Trabalho,  
167 integrante da estrutura da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e Rafael Faria Giger,  
168 Auditor Fiscal do Trabalho da Coordenadoria Estadual da Inclusão da Pessoa com Deficiência no  
169 Mercado de Trabalho; 15h – Plano Viver Sem Limite 2. Convidado: Antônio José, Coordenador-  
170 Geral de Relações Institucionais da SNDPD; 16h – Encerramento. Logo em seguida, a pauta foi  
171 submetida para manifestações e considerações pelos (as) conselheiros (as) presentes. Suscitado  
172 questão de ordem, o Conselheiro Marcio Castro de Aguiar solicitou esclarecimento em face do  
173 encaminhamento que ficou deliberado na última sessão, sobre a discussão do caso da Lotex e  
174 questionou o porquê de o assunto não ter entrado na pauta. Em resposta, o Vice-Presidente Décio  
175 Gomes Santiago respondeu que não foi recebido nenhum documento encaminhado pelo Ministério

176 da Fazenda, o que dificultava o debate sobre o assunto. Em contrapartida, o Conselheiro Marcio  
177 Castro de Aguiar sugeriu que o Ministério da Fazenda fosse oficiado para prestar esclarecimentos  
178 sobre o tema, para subsidiar os debates no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa  
179 com Deficiência – CONADE. Por outro lado, o Conselheiro Adinilson Marins dos Santos informou  
180 que o respectivo Ofício foi encaminhado e que estava aguardando resposta. Somente com as  
181 informações a serem prestadas pelo Ministério da Fazenda seria possível subsidiar o debate no  
182 âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. A Conselheira  
183 Maria do Carmo Tourinho Ribeiro observou que havia uma Conselheira fora da mesa, que foi  
184 prontamente reposicionada. Não havendo mais considerações ou manifestações a respeito, a  
185 respectiva pauta foi considerada aprovada por unanimidade. Inquirindo a palavra, o Conselheiro  
186 Luís Mauricio Alves dos Santos solicitou que a pauta fosse atualizada e encaminhada a todos (as) os  
187 (as) conselheiros (as), sendo atendida a solicitação. Dessa forma, abordou-se, inicialmente, o item  
188 relativo a Apresentação do Relatório da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas – COF. O  
189 Vice-Presidente Décio Gomes Santiago relatou existir dificuldades no orçamento Secretaria  
190 Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – SNDPD para a realização da reunião no mês  
191 de agosto. A Secretaria alegou não ter orçamento para realizar a capacitação prevista para ocorrer  
192 nos dias 16 e 17 de agosto de 2023, razão pela qual será reagendada para acontecer juntamente com  
193 o Lançamento do Programa Viver Sem Limite 2. Complementando as informações, a Presidente  
194 Anna Paula Feminella contextualizou informando que foi aprovada uma atividade de capacitação e  
195 diálogo acerca do plano Viver Sem Limite 2. Porém, devido ao custeio e manutenção das atividades  
196 do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE, que excederam mais  
197 que o previsto, inviabilizou-se a realização da atividade no mês de agosto de 2023. Contudo, como  
198 solução, para a cobertura dos gastos extraordinários, seria transferido recursos da Secretaria  
199 Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – SNDPD ao Conselho Nacional dos Direitos da  
200 Pessoa com Deficiência – CONADE somente em setembro. Dito isso, solicitou aos (as)  
201 conselheiros (as), que confirmassem a vinda para Brasília para a próxima reunião que ocorrerá no  
202 mês de setembro, a fim de que a Secretaria Executiva organizasse, de forma antecipada, a compra  
203 das passagens aéreas. No tocante a atividade da capacitação e diálogo relativo ao plano Viver Sem  
204 Limite 2, informou a todos que o dia 15/08/2023 inicialmente seria mantido, entretanto, a reunião se  
205 daria de forma virtual e, assim que a data do lançamento do programa fosse agendada, os (as)  
206 conselheiros (as) seriam convidados a estarem no evento de lançamento. Finalizada a apresentação,

207 abriu-se a palavra para considerações e manifestações a respeito. A Conselheira Silvia de Oliveira  
208 Pereira questionou se a reunião extraordinária prevista para o mês de agosto ocorreria somente de  
209 forma virtual e, se a capacitação passaria para a reunião ordinária de setembro ou se não haveria a  
210 atividade. A Presidente Anna Paula Feminella explicou que a capacitação ocorreria próximo a data  
211 de lançamento do programa Viver Sem Limite 2, que ainda está sem data prevista para acontecer.  
212 Esclareceu que a atividade abrangeria tanto conselheiros suplentes e titulares. O Vice-Presidente  
213 Décio Gomes Santiago informou acerca da pretensão de inclusão da questão envolvendo o  
214 orçamento do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE na janela do  
215 PPA do mês de setembro de 2023. Não havendo mais inscritos, ingressou-se em regime de votação  
216 a respeito do Relatório da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas – COF. Não havendo  
217 manifestações em sentido contrário e nem abstenções, o respectivo relatório foi considerado  
218 aprovado. Prosseguindo ao item relativo a Apresentação do Relatório da Comissão de  
219 Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e  
220 da Lei Brasileira de Inclusão – CMC, o Conselheiro Daniel Faganello relatou em síntese, que o  
221 grupo se reuniu para realizar um balanço a respeito da tramitação da Lei Brasileira de Inclusão –  
222 LBI e dos demais Projetos de Lei de interesse das Pessoas com Deficiência, de forma a reaproveitar  
223 o trabalho feito pela composição anterior. Visto isso, alegou que foi disponibilizada à nova  
224 composição uma tabela relativa as atividades que estavam sendo desempenhadas. Porém, o  
225 documento encontrava-se desatualizado desde julho de 2022. Assim, o foco dos trabalhos está na  
226 atualização da tabela, no acompanhamento do deslinde do processo envolvendo a Lei Brasileira de  
227 Inclusão – LBI e nas matérias internacionais relativa aos direitos da pessoa com deficiência.  
228 Finalizada a apresentação, franqueou-se a palavra para manifestações e considerações a respeito.  
229 Não havendo, ingressou-se em regime de votação a respeito do Relatório da Comissão de  
230 Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e  
231 da Lei Brasileira de Inclusão – CMC. Não havendo manifestações em sentido contrário e nem  
232 abstenções, o respectivo relatório foi considerado aprovado. Em seguida, avançou-se ao item  
233 Apresentação do Relatório da Comissão de Políticas Públicas – CPP. O Conselheiro Gabriel Franca  
234 do Couto, em breve relato, abordou alguns temas discutidos no âmbito da Comissão que poderiam  
235 ser socializados com algumas das representações, como por exemplo, as dificuldades e barreiras  
236 para as pessoas com deficiência, pessoas autistas pensando num contexto de educação inclusiva e  
237 quais os modos uma educação inclusiva poderia ser melhor fomentada para esse público especial.

238 Comentou a respeito da educação bilíngue de surdos e do atendimento das pessoas surdas para a  
239 obtenção da CNH. A Conselheira Jô Nunes informou que um dos encaminhamentos indicados pela  
240 CPP foi o convite ao Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN e o representante do  
241 Ministério da Educação – MEC responsável pela área de educação bilíngue, a fim de que realizasse  
242 uma fala. Não obstante, o Conselheiro Gabriel Franca do Couto mencionou a respeito de um caso  
243 envolvendo um cantor sertanejo que proibiu a presença de um intérprete de libras no palco onde se  
244 apresentava e que o caso deveria ser repudiado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com  
245 Deficiência – CONADE por meio de uma manifestação. Julgou importante que fosse incentivado  
246 pelo Governo Federal a participação de interpretes de libras nos eventos, a fim de fomentar a  
247 inclusão. Para fins de encaminhamento, o Vice-Presidente Décio Gomes Santiago encaminhou no  
248 sentido de que fosse pautado para a próxima reunião o assunto relativo à Carteira Nacional de  
249 Habilitação – CNH com o convite do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN e o  
250 convite ao representante do Ministério da Educação responsável pela educação bilíngue de surdos.  
251 Dessa forma, os encaminhamentos acima apontados, bem como o Relatório da Comissão de  
252 Políticas Públicas – CPP foram submetidos a votação. Não havendo manifestações em sentido  
253 contrário e nem abstenções, os encaminhamentos e o relatório foram considerados aprovados. Ato  
254 contínuo, passou-se ao item Apresentação do Relatório da Comissão de Comunicação Social –  
255 CCS. A Conselheira Ludymilla dos Santos Chagas juntamente com o Conselheiro Thiago Oliveira  
256 informou a respeito das próximas datas comemorativas para postagens nas mídias sociais do  
257 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. Para tanto, foram  
258 elaboradas duas propostas de metodologia para a execução das postagens. A primeira recomendou  
259 que cada entidade que trabalha com o tema alusivo à data encaminhasse um texto para a Comissão,  
260 a fim efetuar as postagens. Já a segunda propõe que o (a) conselheiro (a) se voluntariasse para  
261 escrever o texto para postagens. Suscitando a fala, a Conselheira Silvia de Oliveira questionou  
262 como seria feita a aprovação do texto a ser publicado. Em resposta, a Conselheira Ludymilla dos  
263 Santos respondeu que no *Instagram* o texto seria aprovado pela própria comissão e que poderia ser  
264 uma opção fazer uma avaliação prévia e encaminhar o texto para o grupo maior. Contudo, por se  
265 tratar de algo mais instantâneo a aprovação seria mais rápida se fosse feita pela comissão. Foi feita  
266 uma proposta para que as entidades que militam em prol dos temas comemorados e aludidos nas  
267 datas informadas fossem consultadas a respeito do texto que seria publicado pelo Conselho  
268 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. Em resposta, a Conselheira

269 Ludymilla dos Santos justificou que o procedimento engessaria a atividade da comissão, mas que a  
270 proposta poderia ser debatida. O Conselheiro Adinilson Marins dos Santos observou que não foi  
271 incluído no calendário a semana alusiva a pessoa com deficiência intelectual e múltipla, que se trata  
272 de uma campanha realizada entre os dias 21 a 28 de agosto e solicitou a inclusão no calendário. O  
273 Conselheiro Gabriel Franca do Couto propôs que fosse criado um e-mail ou documento aberto para  
274 elaborar um modelo único para que todas as representações assegurassem que as datas estariam de  
275 acordo e também um documento em libras. A Conselheira Laudeci Vieira dos Santos ressaltou que  
276 não se deveria chamar “data comemorativa”, mas “data alusiva”. A Conselheira Camilla de Vilhena  
277 Bemergui observou que no dia 30/08 é destinado ao Dia Nacional de Conscientização sobre a  
278 Esclerose Múltipla e solicitou a inclusão da data no calendário. A Conselheira Maria do Carmo  
279 Tourinho Ribeiro propôs que a cada início de reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa  
280 com Deficiência – CONADE fosse feita uma leitura das datas alusivas a todas deficiências, sendo  
281 mencionadas as datas previstas para os dois próximos meses a contar da data da realização da  
282 plenária. Não obstante a isso, a Conselheira Silvia de Oliveira sugeriu que houvesse menção ainda,  
283 as datas das questões transversais à pessoa com deficiência, a exemplo do julho das pretas.  
284 Complementando o relatório, a Conselheira Ludymilla dos Santos solicitou o aval do plenário para  
285 realizar uma publicação a respeito da abordagem sobre “Amazônias urbanas”, “Amazônias do  
286 futuro”, sustentabilidade e acessibilidade, do qual compreendeu que a manifestação das pessoas  
287 com deficiência a respeito da temática se faz necessária. Finalizadas as manifestações, o Vice-  
288 Presidente Décio Gomes Santiago encaminhou o seguinte: cada representação, conforme a data,  
289 encaminha a proposta do texto para a Comissão de Comunicação Social – CCS, que analisará e  
290 preparará a publicação do texto, a ser publicado nas mídias sociais do Conselho Nacional dos  
291 Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. Nesse sentido, os encaminhamentos acima  
292 apontados, bem como o Relatório da Comissão de Comunicação Social – CCS, foram submetidos a  
293 votação. Não havendo manifestações em sentido contrário e nem abstenções, os encaminhamentos e  
294 o relatório foram considerados aprovados. A Presidente Anna Paula Feminella informou a respeito  
295 do lançamento da campanha contra o capacitismo e que o Conselho Nacional dos Direitos da  
296 Pessoa com Deficiência – CONADE teria muito a contribuir. Noticiou que os cartazes da campanha  
297 contra a discriminação em razão da deficiência estavam sendo impressos e que a ideia central seria  
298 o de distribuí-los nos conselhos de direitos locais e nos demais locais que tenham grande  
299 visibilidade. Discursou sobre a importância da unificação das pessoas com deficiência e dos direitos

300 humanos para o combate ao capacitismo e opressões, além de promover um debate qualificado de  
301 forma a não restringir o tema a uma mera alusão de data e distinguir os diversos tipos e tratamentos  
302 adequados para as pessoas com deficiência. Em seguida, passou-se ao item Apresentação do  
303 Relatório da Comissão de Articulação de Conselhos – CAC e da Comissão Técnico Científico da V  
304 Conferência Nacional. A Presidente Anna Paula Feminella juntamente com o Conselheiro Marcio  
305 Castro de Aguiar relatou sobre os assuntos e encaminhamentos da reunião conjunta que ocorreu  
306 com a Comissão de Articulação de Conselhos – CAC e da Comissão da V Conferência Nacional.  
307 Dentre os assuntos abordados, destacaram a respeito da autonomia conferida aos conselhos locais  
308 na elaboração da identidade visual dos eventos técnicos que ocorreriam nos seus respectivos  
309 territórios. Alegou que os conselhos estaduais trouxeram uma demanda relativa a necessidade de se  
310 fazer um levantamento dos hotéis que possuem equipamentos de acessibilidade, tais como assento  
311 adaptado, acesso para cadeira de rodas, dentre os mecanismos necessários para acomodar uma  
312 pessoa com deficiência durante a estadia. Por outro lado, a Conselheira Silvia de Oliveira Pereira  
313 complementou as informações prestadas alegando que na reunião foi solicitada uma lista dos  
314 participantes da capacitação que ocorreu no dia anterior, para que fosse feita uma avaliação a  
315 respeito do grau de satisfação. Em complemento, o Conselheiro Marcio Castro de Aguiar ponderou  
316 que seria importante que os (as) conselheiros (as) realizassem um feedback a respeito da  
317 capacitação e solicitou a colaboração de todos para responder o questionário. A Presidente Anna  
318 Paula Feminella afirmou que a Comissão da Conferência Nacional definiu que o evento ocorreria  
319 no período de 14 a 17 de julho de 2024 e que o próximo passo seria a contratação do local para a  
320 realização do evento. O Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato do ponto de vista logístico,  
321 ponderou que a questão da oferta da alimentação deveria ser igualmente verificada, visto que  
322 pessoas com dificuldade psicomotoras, por exemplo tem dificuldades em achar uma colher sem ser  
323 de plástico e da oferta de frutas. Dessa forma, sugeriu que fossem pensadas alternativas de opções  
324 de acessibilidade alimentar. O Conselheiro Luís Maurício Alves dos Santos comentou acerca da  
325 infraestrutura de Brasília que foi adaptada para justificar que a cidade estava preparada para receber  
326 os conferencistas oriundos de outros estados. A Coordenadora Executiva do Conselho Nacional dos  
327 Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE informou que possui formação e sensibilidade na  
328 área hoteleira e de acessibilidade e que realizaria um levantamento com visitas técnicas nos hotéis  
329 de Brasília. Afirmou que assim que obter mais informações, a repassaria a todos/todas/todes. O  
330 Conselheiro Daniel Faganello comentou a respeito do prazo estendido até o dia 24 de dezembro de

331 2024 para fazer a adequação de pelo menos 10% de suas hospedagens serem acessíveis e que até a  
332 realização da conferência, certamente não haverá a quantidade de quartos necessárias disponíveis  
333 conforme a necessidade. Contudo, colocou o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia –  
334 CONFEA à disposição para colaborar no sentido de que a questão da acessibilidade nos hotéis não  
335 fosse um problema para a pessoa com deficiência na participação da conferência. O Conselheiro  
336 Marcio Castro de Aguiar sugeriu que fosse feito um levantamento junto a rede hoteleira para  
337 verificar quantos hotéis e quantos quartos disponíveis em Brasília poderão ser utilizados pelos  
338 conferencistas durante o evento. O Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato comentou a respeito  
339 da situação desconfortável das pessoas com deficiência para a locomoção em Brasília e que a  
340 mobilidade para cadeirantes, por exemplo, contemplava somente os residentes no Distrito Federal  
341 (DF), que fossem cadastrados no Cadastro Único. Sugeriu que fosse feito um diálogo juntamente  
342 com a Secretaria de Mobilidade do Distrito Federal (DF) para verificar a questão. Em contraponto,  
343 o Conselheiro Luís Maurício Alves dos Santos divergiu da manifestação anterior, alegando que  
344 pega seis ônibus por dia no Distrito Federal (DF) e que 100% da frota é acessível com  
345 elevadores e lugar especial para cadeirantes. Nesse sentido, o Vice-Presidente Décio Gomes  
346 Santiago encaminhou no sentido de que fosse elaborado um caderno contendo perguntas e respostas  
347 e a consulta as entidades e a rede hoteleira de Brasília. A Presidente Anna Paula Feminella julgou  
348 importante que as entidades encaminhassem ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com  
349 Deficiência – CONADE um relatório contendo as necessidades das pessoas que vinham à Brasília  
350 como delegadas para adaptar a todas as necessidades e fazer a gestão da pessoa com deficiência na  
351 conferência. O Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato sugeriu ainda, que fosse enviada uma  
352 manifestação a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC sobre o volume de pessoas com  
353 deficiência virão para Brasília, bem como que os conselhos locais fossem instruídos para indicarem  
354 as especificidades de cada usuário que virá para a Conferência Nacional. Nessa linha, o Conselheiro  
355 Daniel Faganello comentou a respeito da manifestação que elaborou sobre a omissão da Agência  
356 Nacional de Transportes Terrestres – ANTT na fiscalização dos pontos de traslado e das  
357 rodoviárias para a verificação da acessibilidade e considerou que o Conselho Nacional dos Direitos  
358 da Pessoa com Deficiência – CONADE oficiasse o Sindicato dos Hotéis de Brasília para verificar a  
359 situação da rede hoteleira atual e se haveria alguma previsão de expansão do número de quartos  
360 adaptados às pessoas com deficiência, além de a entidade cobrar o cumprimento do prazo para que  
361 os hotéis se adaptassem. O Conselheiro Falk Soares Ramos Moreira pontuou sobre a carência no

362 atendimento para as pessoas surdas se localizarem nos aeroportos quando acontecessem imprevistos  
363 e da acessibilidade dentro das aeronaves. O Vice-Presidente Décio Gomes Santiago observou que o  
364 (a) delegado (a) terá direito a um acompanhante para o (a) auxiliar na locomoção e acesso aos  
365 locais. Não havendo mais inscritos, ingressou-se em regime de votação a respeito do Relatório da  
366 Comissão de Articulação de Conselhos – CAC e da Comissão Técnico Científico da V Conferência  
367 Nacional. Não havendo manifestações em sentido contrário e nem abstenções, o respectivo relatório  
368 foi considerado aprovado. Avançando-se a **Conclusão e Encerramento do primeiro dia da 133ª**  
369 **Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE,**  
370 a Presidente Anna Paula Feminella encerrando as discussões dos itens pautados, agradeceu a  
371 participação de todos e declarou encerrado o primeiro dia da 133ª Reunião Ordinária do Conselho  
372 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE.

373

374 **ABERTURA 19/07/2023:** Iniciada a instalação do Plenário, a Presidente Anna Paula Feminella  
375 cumprimentou a todos e declarou abertos os trabalhos. Em seguida, iniciou-se a Verificação do  
376 quórum. Sendo o quórum verificado como suficiente, foi iniciado o segundo dia da 133ª Reunião  
377 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. Logo em  
378 seguida, o Vice-Presidente Décio Gomes Santiago solicitou aos (as) representantes dos conselhos  
379 estaduais presentes que realizassem uma breve apresentação. Finalizadas as apresentações, passou-  
380 se ao item Apresentação do Relatório da Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas  
381 com Deficiência – CDP. O Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato em síntese, relatou que foi  
382 discutido no âmbito da comissão a adoção de uma nova metodologia de atuação do comitê tanto  
383 para a gestão das denúncias recebidas quanto a elaboração dos pareceres. Esclareceu que o Ofício nº  
384 60/2023 a solicitação ao Ministério da Fazenda a respeito da demanda apresentada pelo Pleno à  
385 Comissão. Em seguida, foi feita a leitura na íntegra da denúncia recebida em 05/06/2023, referente  
386 a suposta violações de direitos. Nesse sentido, ingressou-se em regime de votação a respeito do  
387 Relatório da Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP. Em  
388 seguida, o Sr. Sérgio Simão, representante da Secretaria do Paradesporto efetuou a leitura do  
389 Parecer Jurídico Opinativo em atenção à mensagem eletrônica denunciando suposta violação de  
390 direitos humanos recebida no dia 05/03/2023, onde o estudante de direito relata ter sido  
391 diagnosticado com TDAH. Em síntese, de acordo com a denúncia, o acadêmico vinha encontrando  
392 dificuldades para progredir no curso de direito, no tocante ao entendimento da matéria, no diálogo

393 com os demais estudantes do curso, na realização de provas, dentre outros. Alegou que os  
394 procedimentos adotados pela instituição de ensino ora denunciada não eram adaptáveis a sua  
395 situação, apesar das inúmeras tentativas de solicitação encaminhadas a direção da universidade que  
396 registravam as dificuldades enfrentadas. Ademais, o graduando descreve de forma cronológica  
397 todos os sucessivos incidentes com o corpo docente nos semestres custeados, temendo não se  
398 formar. Diante do exposto, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –  
399 CONADE entendeu que o ordenamento jurídico pátrio fundamentado nos princípios da dignidade  
400 da pessoa humana envolve tanto a garantia negativa quanto no pleno desenvolvimento da  
401 personalidade de cada indivíduo. Dentre outros fundamentos jurídicos, o Parecer opinativo  
402 encaminhou no sentido de enviar a denúncia relatada ao Ministério Público Estadual e Federal,  
403 Ministério da Educação – MEC, Conselho Nacional de Ensino Superior, à Universidade Federal do  
404 Rio Grande do Sul – UFRGS e ao próprio denunciante para análise e acompanhamento da decisão  
405 judicial, que deferiu em parte da antecipação da tutela do caso. Sem prejuízo ao acompanhamento  
406 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE, que manifesta total  
407 apoio ao teor da decisão judicial proferida. Por fim, o Parecer menciona o encaminhamento do caso  
408 para o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do estado do Rio Grande do Sul e  
409 do município em questão, para conhecimento e acompanhamento. Logo em seguida, abriu-se a  
410 palavra para manifestações e considerações a respeito. Não havendo inscritos, ingressou-se em  
411 regime de deliberação a respeito do relatório apresentado. Não havendo manifestações em sentido  
412 contrário e nem abstenções, o respectivo relatório foi considerado aprovado. Logo em seguida,  
413 avançou-se ao item Apresentação das ações do Ministério do Esporte relacionado ao Paradesporto.  
414 Convidado: Conselheiro Fábio Augusto Lima de Araújo, Secretário Nacional de Paradesporto do  
415 Ministério do Esporte. O Conselheiro Fábio Augusto Lima de Araújo iniciou a apresentação  
416 cumprimentando a todos e realizando uma breve contextualização sobre o escopo abordado pela  
417 Secretaria de Paradesporto. Acerca dos programas desenvolvidos no âmbito da Secretaria, elencou  
418 os seguintes: TEAtivo, que envolve as práticas esportivas, psicomotoras e de lazer para crianças e  
419 adolescentes com TEA; Paradesporto Brasil em Rede, que é composto por Universidades Federais e  
420 Institutos Federais de Ensino Superior para o desenvolvimento e ampliação do Paradesporto nas  
421 regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, estimulando a produção de conhecimento e a  
422 replicabilidade de ações em outras localidades; Semear + Paradesporto, que está em fase de  
423 reestruturação, visando a democratização e equidade do acesso ao Paradesporto educacional e de

424 participação das crianças, adolescentes e jovens com deficiência no Brasil, além da criação de  
425 ambientes para iniciação paradesportiva; Avança Paradesporto, igualmente em fase de  
426 reestruturação, promove o acesso gratuito e de qualidade a estruturas físicas, treinamentos e equipes  
427 multidisciplinares de saúde para desenvolver o Paradesporto de alto rendimento; e o Maré  
428 Inclusiva: o programa visa a prática de parasurf, em todas as suas categorias, modalidades e  
429 manifestações, de modo a desenvolver e estimular a prática de atividade esportiva com  
430 reconhecidos benefícios terapêuticos e de transformação social. Demonstrou o mapa dessas ações  
431 promovidas ao longo do território brasileiro no ano de 2023 e dos aportes financeiros tanto público  
432 quanto privado, cujo objetivo principal estava na modificação da percepção da sociedade em  
433 relação à Pessoa com Deficiência; do fomento a visibilidade dessas pessoas por meio do maior  
434 entendimento e conhecimento das modalidades paradesportivas e suas especificidades; da afirmação  
435 da Pessoa com Deficiência e sua representatividade na sociedade e da potencialidade que possui  
436 para o esporte e outras áreas profissionais. Colocou à disposição de todos o e-mail da Secretaria,  
437 sendo este o [snpar@esporte.gov.br](mailto:snpar@esporte.gov.br) e o telefone (61) 3217-1734 e agradeceu a oportunidade de  
438 expor sobre os trabalhos da Secretaria Nacional do Paradesporto. Finalizada a apresentação, foi  
439 aberta a palavra para questionamentos a respeito. O Conselheiro Jonas Pontes de Oliveira de Brito  
440 informou a respeito do evento paradesportivo lançado pelo movimento Pestalozziano e trouxe  
441 algumas cartilhas para distribuir para os (as) conselheiros (as). Arguiu que os direitos da pessoa  
442 com deficiência poderiam ser defendidos por pessoas que não possuem deficiência também e  
443 agradeceu a oportunidade. Em contrapartida, o Secretário Nacional de Paradesporto do Ministério  
444 do Esporte e Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –  
445 CONADE registrou que era servidor de carreira do Ministério de Relações Exteriores de carreira do  
446 Itamaraty, que passou 13 anos no exterior como cônsul do Brasil e enquanto esteve nos EUA teve a  
447 oportunidade de cursar dois mestrados na área de gestão esportiva e direito esportivo internacional.  
448 Deixou registrado que sofreu um assédio, onde lhe foi passado um bilhete questionando se era  
449 pessoa com deficiência e asseverou não ser pessoa com deficiência. Mas, destacou que não havia  
450 escolhido o Paradesporto e que a área o escolheu, tornando-se uma paixão pelo segmento. Muito  
451 emocionado, alegou que no início da gestão, foi lhe oferecida uma vaga dentro do futebol, em que  
452 possuía uma pesquisa e, apesar de ter formação nesta área, escolheu permanecer na política  
453 paradesportiva, compreendendo que possuía uma missão a cumprir. Evidenciou que o fato de não  
454 ser uma pessoa com deficiência poderia causar certo constrangimento para algumas pessoas,

455 contudo, garantiu a todas as pessoas que era uma pessoa preparada e dedicada ao segmento.  
456 Discursou ser necessário unir as forças e não prejudicar o governo que estava começando e queria  
457 fazer muito para todos. Alegou contar com todos e com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa  
458 com Deficiência – CONADE para juntos construir uma melhor política. Justificou que levaria o  
459 assédio sofrido tanto para a Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com  
460 Deficiência – CONADE quanto para o Ministro de Estado de Direitos Humanos e Cidadania. Muito  
461 gentilmente, o Vice-Presidente Décio Gomes Santiago solicitou que o conselheiro ficasse e que a  
462 pergunta se seria deficiente ou não era para que as pessoas com deficiência visual tomarem  
463 conhecimento. Deixou clarividente que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com  
464 Deficiência – CONADE tinha um respeito e carinho para com o conselheiro e que era uma pessoa  
465 muito comprometida com a pauta do Paradesporto. Enfatizou que juntos construiriam a história do  
466 país e que aquele era o momento, a hora e a pessoa ideal que faria o diferencial para o  
467 fortalecimento da política para a pessoa com deficiência. Logo em seguida, retornou-se ao momento  
468 de manifestações e considerações sobre a apresentação feita. O Conselheiro Antônio José do  
469 Nascimento Ferreira se solidarizou com o expositor sobre o caso ocorrido e que enquanto pessoa  
470 cega, não tinha preocupação acerca se o (a) defensor (a) possuía alguma deficiência ou não, sendo  
471 eventuais constrangimentos que as pessoas deveriam lidar. Pontuou que o Brasil vivia um momento  
472 do enfrentamento das deficiências invisíveis e de identidade e questionou o que a Secretaria  
473 Nacional de Paradesporto do Ministério do Esporte estava planejando com relação aos atletas que  
474 não tinham potencial para serem de alto rendimento, para garantir o desporto como política para  
475 todas as pessoas com deficiência, de todas as formas e regiões do Brasil. A Conselheira Silvia de  
476 Oliveira Pereira parabenizou a apresentação e manifestou solidariedade pela situação descrita,  
477 sendo necessário que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE  
478 fomentasse mais debates sobre as questões de identidade, que são extremamente relevantes não para  
479 dividir a luta, mas para uni-la. Solicitou que o Secretário Nacional abordasse brevemente sobre o  
480 Paradesporto e a educação básica, incluindo se possível, a formação e qualificação de professores  
481 de educação física. O Conselheiro Daniel Faganello perguntou como ficaria a estrutura  
482 arquitetônica dos estados e municípios para o acesso e prática das pessoas com deficiência aos  
483 esportes. Logo em sequência, o Conselheiro Fábio Augusto Lima de Araújo, em síntese, respondeu  
484 que o Ministério do Esporte não fomentava o esporte somente do ponto de vista da premiação, visto  
485 que para as pessoas com deficiência o esporte está intrinsecamente ligado a qualidade de vida e a

486 saúde. Desse modo, a Secretaria Nacional do Paradesporto criou os programas com vistas a  
487 introduzir a população no esporte e que somente um programa dentre os mencionados era voltado a  
488 atletas de alto rendimento. Abordou sobre a importância de o esporte estar presente na matriz  
489 curricular das escolas, bem como a modificação das bases curriculares dos cursos de educação  
490 física, a fim de preparar profissionais a lecionarem todas as formas de esporte, em especial os  
491 inclusivos. Mencionou a respeito de alguns projetos e reuniões que seriam elaborados e feitas com  
492 outros parceiros para a promoção do Paradesporto. Explicou que dentro do Ministério do Esporte  
493 existia uma Diretoria responsável por definir as diretrizes de todos os equipamentos esportivos  
494 necessários, que utiliza dinheiro público. O Conselheiro Gabriel Franca do Couto saudou o trabalho  
495 desenvolvida pela Secretaria Nacional, destacando ser um trabalho muito importante para a  
496 comunidade surda, com efeito muito positivo na vida dessas pessoas. A Conselheira Maria do  
497 Carmo Tourinho Ribeiro colocou a Associação Brasileira de Autismo – ABRA à disposição para  
498 somar com o trabalho da Secretaria Nacional do Paradesporto – SNPAR/ME e parabenizou a  
499 apresentação e o projeto desenvolvido. O Conselheiro Jonas Pontes de Oliveira de Brito deu um  
500 abraço carinhoso no Conselheiro Fábio Augusto Lima de Araújo e lhe entregando uma cartilha da  
501 Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI e uma medalha dos jogos  
502 paradesportivo da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI.  
503 Igualmente, o Vice-Presidente Décio Gomes Santiago recebeu um troféu destinado ao Conselho  
504 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE de reconhecimento do trabalho,  
505 esforço e desempenho de preparação dos atletas nacionais de Paradesporto da Federação Nacional  
506 das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI e uma medalha de reconhecimento pessoal. O  
507 Conselheiro Cesar Achkar Magalhães informou que esteve representando o Conselho Nacional dos  
508 Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE nos jogos paradesportivo promovido pela  
509 Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI e se colocou à disposição  
510 para relatar a participação no evento. Visando responder a todas as manifestações, o Secretário  
511 Nacional de Paradesporto e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência  
512 (CONADE), Conselheiro Fábio Augusto Lima de Araújo respondeu que esporte não era somente  
513 medalha e que dentro da Secretaria existia o entendimento de que a prática esportiva para a pessoa  
514 com deficiência se trata principalmente, de uma questão de saúde e que a atividade física regular  
515 deveria ser praticada por toda a vida. Afirmou que somente um dos projetos elaborados era voltado  
516 para a prática de alto desempenho e que todos os demais eram voltados para a iniciação no esporte,

517 formação esportiva e lazer. Comentou sobre a oportunidade de integrar a discussão do Viver Sem  
518 Limite 2 e a respeito do diálogo a ser travado com o Ministério da Educação – MEC acerca do  
519 esporte escolar, a modificação da base curricular dos cursos de educação superior de Educação  
520 Física, dentre outras. Acerca da capacitação, informou que estava em tratativa com a Universidade  
521 Federal de Juiz de Fora – UFJF junto com a Comissão Brasileira do Braille – CBB a construção de  
522 um curso gratuito, na modalidade EAD, de especialização para os professores de educação física  
523 dentro do Paradesporto. Além disso, estava sendo buscado um diálogo para que o curso de  
524 especialização fosse disseminado nas instituições de ensino locais e com o Ministério da Ciência,  
525 Tecnologia e Inovação – MCTI para construir uma ação de acesso ao fundo nacional da educação  
526 para que os centros de desenvolvimento de tecnologia assistiva pudessem desenvolver  
527 equipamentos a serem utilizados pelos atletas. Informou que a ação programática da Secretaria  
528 Nacional de Paradesporto não permitia a execução direta de emendas ou a construção de  
529 equipamentos esportivos e que dentro do Ministério do Esporte existia uma Diretoria especial que  
530 determina que todo equipamento esportivo construído com dinheiro público tem que ter  
531 acessibilidade, fosse praças ou outros equipamentos. Nesse sentido, convidou o Conselho Federal  
532 de Engenharia e Agronomia – CONFEA que participasse da equipe de discussões dessa equipe  
533 também. Agradeceu e manifestou alegria quanto a importância do Paradesporto para os surdo-  
534 atletas e que diversas ações no Centro-Oeste estavam em desenvolvimento para atender a  
535 comunidade surda. Enfatizou que o Brasil era o único país do mundo que não exigia a formação  
536 técnica em Paradesporto de professores de educação física, cenário no qual era missão da atual  
537 gestão modificá-la e que as portas da Secretaria Nacional de Paradesporto – SNPAP. Na sequência,  
538 foi concedida a palavra aos (as) conselheiros (as) estaduais presentes. A Sra. Edicléa efetuou  
539 algumas sugestões para a CPB Secretaria do Paradesporto com relação ao tema, dentre os quais  
540 destacou acerca da necessidade de acabar com a taxação dos equipamentos, ferramentas e produtos  
541 destinados a pessoa com deficiência; que fosse realizada uma interlocução Fundação Coordenação  
542 de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e o Conselho Nacional de  
543 Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq para que os protótipos elaborados chegassem  
544 nas escolas; e realizar a contratação de professores com deficiência nos equipamentos públicos de  
545 ensino. O Conselheiro Falk Soares Ramos Moreira propôs a abertura do diálogo entre o Ministério  
546 da Educação – MEC, o Ministério do Esporte – ME e as escolas estaduais, a fim de implementar  
547 escolas bilíngues, polos, dentre outras no sentido de inclusão da pessoa com deficiência e que seria

548 importante pensar nos jovens com deficiência no âmbito educacional. Diante das falas das  
549 representantes dos conselhos estaduais, de motivação e importância do esporte, o Conselheiro Fábio  
550 Augusto Lima de Araújo informou que na semana anterior, o Ministério do Esporte – ME assinou  
551 um protocolo junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –  
552 CNPq para apoiar as ações dentro do Paradesporto e que naquele dia uma reunião que abordaria  
553 sobre a pauta. Muito emocionado, pediu desculpas a todas as pessoas presentes sobre a  
554 manifestação de indignação diante do episódio ocorrido. Visando sanear a discussão, o Vice-  
555 Presidente Décio Gomes Santiago encaminhou no sentido de que fosse concedida pausa para o  
556 almoço, o que foi acatado por todos. Retomado os trabalhos na parte da tarde, do segundo dia da  
557 133ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE,  
558 iniciou-se a verificação do quórum. Verificado como suficiente, passou-se ao item Apresentação da  
559 Associação Brasileira da Síndrome de Williams – ABSW. Convidada: Conselheira Jô Nunes,  
560 Presidente e Fundadora da ABSW. Com a palavra, a Conselheira Jô Nunes, iniciou a apresentação  
561 abordando sobre o que é ser mãe de uma pessoa da Síndrome de Williams relatando sua  
562 vivência pessoal. Em um discurso emocionante, justificou que ser mãe de um filho diferente era  
563 estar repleta de incertezas, desamparo, isolamento, renúncias, preconceito, discriminação e  
564 responsabilidade e expôs o conceito da Síndrome de Williams. A doença é considerada rara na  
565 população em geral, que causa consequências desfavoráveis, tanto do ponto de vista médico como  
566 social, que é caracterizada como “doença de gnomo” ou “fadinha”, onde as pessoas possuem olhos  
567 com padrão estrelado, acúmulo de tecido periorbitário, estrabismo, orelhas grandes em abano, filtro  
568 longo, nariz pequeno e empinado, cabelos encaracolados, lábios cheios, dentes pequenos e sorriso  
569 frequente. As pessoas normalmente têm problemas de coordenação e equilíbrio, apresentando  
570 ainda, um atraso psicomotor, hiperacusia, deficiência intelectual, déficit de atenção, memória  
571 excepcional, são amigáveis, sociáveis, desinibidos e carinhosos, dentre outros aspectos. Desse  
572 modo, evidenciou que a entidade nasceu de um sonho e da angústia dos familiares e profissionais  
573 que, preocupados com o desconhecimento da anomalia, viam que seus entes queridos serem  
574 diagnosticados tardiamente, acarretando, assim, em um tratamento precaziado e não especializado.  
575 A partir da criação, as pessoas raras e os familiares tiveram acesso ao acolhimento devido, a  
576 participação em passeios e a biblioteca, o apoio e ensino do diálogo a ser feito com os profissionais  
577 da educação, saúde e empresas, o acesso a coleta de exames e diagnósticos, a palestras de  
578 esclarecimentos, conferências, eventos, encontros e seminários, com o objetivo central de trocar

579 experiências com as Associações Internacionais de Síndrome de Williams. Informou que os fundos  
580 da entidade precipuamente envolvem a ajuda de contribuintes, parceiros, voluntários, arrecadação,  
581 tampinhas, bingos, rifas, almoços e oficinas. Finalizada a apresentação, foi aberta a palavra para  
582 questionamentos a respeito. A Conselheira Denise Maria Rodrigues Costa questionou sobre quais  
583 eram as dificuldades enfrentadas pelas pessoas raras com relação ao acesso pelo Sistema Único de  
584 Saúde – SUS aos exames específicos de diagnóstico e colocou o Ministério da Saúde – MS à  
585 disposição para a realização de uma reunião para a realização de um diálogo a respeito do que pode  
586 ser feito para a melhoria do atendimento as pessoas com Síndrome de Williams. Em resposta, a  
587 Conselheira Jô Nunes, em síntese, explicou que se tratam de exames genéticos e que devido ao  
588 volume por todo o Brasil, a oferta tem sido pouco para a demanda. Dessa forma, a Associação  
589 decidiu angariar fundos para ajudar no custeio dos procedimentos as famílias que não possuem  
590 recursos para arcar com as despesas médicas. O Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato  
591 parabenizou acerca da leveza com que apresentou o assunto e sugeriu que a Ana participasse do  
592 Comitê de Participação de Adolescentes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do  
593 Adolescente – CONANDA. Logo em seguida, foi aberta a palavra para as representantes dos  
594 conselhos estaduais. A representante do Conselho Estadual de São Paulo, Sra. Ariane convidou a  
595 Conselheira Jô Nunes para estar participando da campanha das tapinhas que o Conselho local faria  
596 para colaborar e cooperar o trabalho da Associação Brasileira da Síndrome de Williams – ABSW. A  
597 Conselheira Jô Nunes comentou sobre o amor que tinha de todas as pessoas com deficiência de São  
598 Paulo e do preconceito que sofreu enquanto pessoa sem deficiência à frente do colegiado conselho  
599 municipal da cidade de São Paulo.

600 A representante do Conselho Estadual do Rio de Janeiro fez breves considerações acerca da  
601 necessidade de que fossem pactuados centros de referência e mecanismos de acesso à saúde para as  
601 pessoas com doenças raras também, além da luta a favor dos testes necessários para a identificação  
602 das doenças raras. Finalizadas as inscrições de fala, avançou-se ao item Ações de combate ao  
603 bullying e capacitação dos professores quanto ao atendimento de estudantes com Deficiência.  
604 Convidado: Décio Nascimento Guimarães, Diretor de Políticas de Educação Especial na  
605 Perspectiva Inclusiva do Ministério da Educação – MEC. Iniciada a apresentação, o Diretor de  
606 Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do Ministério da Educação – MEC e  
607 Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE,  
608 Conselheiro Décio Nascimento Guimarães, de forma geral, explicou que o desconhecimento sobre  
609 os diversos gêneros de deficiências reflete o modelo preconceituoso e pouco tratado pela sociedade

610 brasileira e que medidas de pequeno, médio e longo prazo deveria ser tomado pedagogicamente  
611 para reverter e amenizar o dano do preconceito na vida das pessoas com deficiência, para além de  
612 somente a adaptação de um espaço de acesso as escolas e universidades. Nesse sentido é que o  
613 papel dos profissionais de educação se faz imprescindível e que a política pública deve incidir por  
614 meio de uma qualificação humanizada e anticapacitista, para que após que o comportamento de  
615 combate ao capacitismo seja aplicado e replicado pelas gerações. Enfatizou que desde sempre a luta  
616 das pessoas com deficiência demanda um esforço maior, em especial no que tange ao acesso a uma  
617 educação de qualidade e digna, direito no qual pertence a todos. Nenhuma pergunta específica foi  
618 formulada, somente manifestações de preocupações e falas afirmativas no sentido de que os  
619 profissionais da educação fossem efetivamente qualificados a enfrentar o bullying vivido pelas  
620 pessoas com deficiência no meio escolar/acadêmico, bem como o coro ao enfretamento ao  
621 capacitismo. Diante das falas manifestadas, o Conselheiro Décio Nascimento Guimarães colocou a  
622 Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do Ministério da Educação –  
623 MEC à disposição de todos os presentes com vistas a formular políticas de educação social para  
624 compor, como todas as outras, a matriz curricular de ensino em todos os níveis. Defendeu que todos  
625 os (as) alunos (as) tivessem acesso irrestrito as tecnologias assistivas, tais como equipamentos  
626 técnicos e tecnológicos que auxiliem as pessoas com deficiência a ocuparem não só os espaços  
627 acadêmicos, mas todos os espaços que lhe conferem por direito a Lei e convidou a todos para  
628 participarem no dia 19 de setembro de 2023 do encontro contra o capacitismo. Logo em seguida,  
629 passou-se a abordagem do Relato dos representantes do Interconselhos, GT da Avaliação  
630 Biopsicossocial e Câmara Técnica de Saúde. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné informou a  
631 todos que as reuniões do Grupo de trabalho (GT) sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada da  
Deficiência ocorreriam a cada quinze dias e que logo 632 após o seminário de lançamento, foi feita uma  
reunião para definir as diretrizes do Regimento 633 Interno do grupo de trabalho. Na reunião seguinte  
foi apresentada uma proposta de Regimento 634 Interno, que foi aprovada pelos membros. Nesse  
sentido, o grupo de trabalho estava focando os 635 esforços para a execução do plano de trabalho, que foi  
elaborado até o final de 2023, contendo todas 636 as ações que deveria ser tomada ao longo do ano.  
Noticiou que dentre os Grupos Técnicos Especializados definidos para a 637 abordagem da avaliação  
biopsicossocial estava compondo Grupo Técnico Especializado de Revisão e Atos Normativos, 638 cujo  
propósito visa analisar todo o arcabouço normativo existente a respeito do tema, a fim de 639  
subsidiar as discussões a respeito da disciplina da regulamentação final. A última reunião, ocorrida 640 no  
último dia 07, foi destinada a analisar os dados trazidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

641 Estatística – IBGE sobre as pessoas com deficiência. O Conselheiro Joelson Costa Dias informou a  
642 todos que as reuniões estavam sendo transmitidas pelo *YouTube* e que seria importante os (as)  
643 conselheiros (as) acompanharem e ofertarem as suas contribuições a respeito da avaliação  
644 biopsicossocial. Ademais, se colocou à disposição dos (as) conselheiros(as) para prestar as  
645 informações que forem solicitadas e também no âmbito do Grupo Técnico de atos Normativos no  
646 âmbito do GT. A Conselheira Denise Maria Rodrigues Costa, por outro lado, acrescentou que além  
647 do supramencionado, foram igualmente constituídos o GTE do aperfeiçoamento do IFBr-M e GTE  
648 do Sistema Nacional de Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência- e que, oficialmente, o  
Ministério da Saúde compõe o GTE do aperfeiçoamento 649 do IFBRM, mas outros colaboradores do  
Ministério iriam participar dos outros para acompanhar os 650 trabalhos que seriam feitos. O  
Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné informou ainda, que além 651 dos membros formais,  
participavam os especialistas de cada área e que a próxima reunião ocorreria 652 na próxima sexta-feira, as  
09h, via canal do *YouTube*. Foi sugerido que o calendário das reuniões do 653 GT da Avaliação  
Biopsicossocial fosse socializado no grupo para que os (as) conselheiros (as) 654 tivessem ciência das  
datas das reuniões. A Conselheira Silvia de Oliveira Pereira sugeriu que além 655 do calendário de  
reuniões, fosse igualmente disponibilizado o link do *YouTube* para que os (as) 656 conselheiros (as)  
acompanhassem as sessões e que no momento oportuno, os (as) conselheiros (as) 657 pudessem opinar a  
respeito da discussão. Finalizado o item, o Conselheiro Gabriel Franca do Couto, 658 em síntese,  
apresentou o vídeo da representação da luta contra o preconceito linguístico para exibir 659 a nova  
bandeira do movimento. Indicou o perfil do *Instagram* do movimento, que é o @cnjs.rsl. Em 660 sede de  
informes, o Conselheiro Luís Maurício Alves dos Santos solicitou sua inclusão nos grupos 661 de  
*WhatsApp* oficiais do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE e 662 que a  
pauta fosse atualizada. Igualmente, a Conselheira Camilla de Vilhena Bemergui informou não 663 estar  
incluída no grupo de *WhatsApp* oficial. O Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato realizou 664 um  
breve relato da participação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – 665  
CONADE no fórum Interconselhos. Informou que na última sessão, foi feita uma avaliação das 666  
propostas para compor o orçamento por meio da votação participativa da representação da 667  
sociedade civil. Os membros que compareceram na reunião se dividiram em dois grupos para 668  
acompanhar os comitês internos do fórum Interconselhos, que foram: o grupo da política de saúde e 669  
da política de agricultura e cultura. Das vinte propostas apresentadas pelo Ministério dos Direitos 670  
Humanos e Cidadania – MDHC, dezessete foram elencadas como sendo prioritárias e as outras 671  
tinham dificuldades em compor o orçamento. Dessa forma, os restantes das propostas seriam

672 encaminhados ao Ministério para que avaliasse como poderiam ser aplicadas e, assim, transformá-  
673 las em proposta orçamentária. Em seguida as conselheiras Maria do Carmo Tourinho Ribeiro e Jô  
674 Nunes relataram brevemente as suas participações nos grupos formados, destacando, para tanto, que  
675 não foram acatadas propostas para o atendimento as pessoas com doenças raras, como a síndrome  
676 de Williams e que as sugestões mais acatadas foram destinadas a questão da saúde, como por  
677 exemplo aumento de salário dos servidores e reforma de hospitais. Não havendo mais informes a  
678 serem dados, o Vice-Presidente Décio Gomes Santiago, agradeceu a participação de todos,  
679 encerrando, assim, o segundo dia da 133ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da  
680 Pessoa com Deficiência – CONADE. **ABERTURA 20/07/2023:** Iniciada a instalação do Plenário,  
681 o Presidente Anna Paula Feminella do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência,  
682 Décio Gomes Santiago, cumprimentou a todos, e iniciou-se a Verificação do quórum. Sendo o  
683 quórum verificado como suficiente, foi iniciado o terceiro dia da 133ª Reunião Ordinária do  
684 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. Iniciada a reunião, a  
685 Presidente Anna Paula Feminella desejou a todos feliz dia do amigo e que, estavam sendo tomadas  
686 providências com relação ao episódio ocorrido com o representante do Ministério do Esporte, onde  
687 o mesmo havia sido confundido com uma pessoa com deficiência. Informou a todos que no dia  
688 anterior foi realizada a reunião com os representantes dos conselhos estaduais dos direitos da pessoa  
689 com deficiência, em que vinte e um prepostos estiveram presentes e elogiou o interesse dos  
690 Presidentes e Vice-Presidentes dos territórios. Logo em seguida, o Vice-Presidente Décio Gomes  
691 Santiago solicitou que fosse feita uma chamada dos representantes dos conselhos estaduais que  
692 estivessem presentes na reunião. Feita a chamada, a Presidente Anna Paula Feminella informou a  
693 todos que nos dias 13 a 15 de setembro de 2023 ocorrerá a 134ª Reunião Ordinária do Conselho  
694 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE e convidou os representantes dos  
695 conselheiros estaduais e municipais a estarem presentes na ocasião. Suscitando a fala, o Conselheiro  
696 Marcio Castro de Aguiar criticou a atual estrutura oferecida pelo Conselho aos (as) conselheiros  
697 (as), tais como falta de microfones e ausência de tomadas para o carregamento de celulares e  
698 notebooks para usufruir de melhores condições de trabalho. Feitas as solicitações, passou-se ao item  
699 Apresentação das ações de acessibilidade do Ministério Público de Contas Municipais do Estado de  
700 Goiás – Convidado: Dr. Henrique Pandim Barbosa Machado, Procurador-Geral de Contas do  
701 Tribunal de Contas do Goiás (GO). O Dr. Henrique Pandim Barbosa Machado iniciou a  
702 apresentação cumprimentando a todos e da iniciativa da Comissão Permanente de Acessibilidade

703 nos municípios promovido pelo Ministério Público de Contas e Tribunal de Contas dos municípios  
704 de Goiás – MPC/TCM-GO. A Comissão Permanente de Acessibilidade nos municípios é formada  
705 pela Sra. Carmem Viana Castiñeiras Bezerril, Auditora de Controle Externo; Sra. Valnice Lopes da  
706 Silva, Técnica de Controle Externo; Sr. Pedro de Albuquerque Maranhão, Auditor de Controle  
707 Externo e sob a coordenação do Dr. Henrique Padim Barbosa Machado, Procurador-Geral de  
708 Contas. Explicou que o grupo trabalha diretamente com o acompanhamento e fiscalização dos  
709 projetos desenvolvidos pelos municípios no tocante aos mecanismos de acessibilidade para o  
710 atendimento das pessoas com deficiência no acesso aos espaços públicos. O Dr. Joaquim Alves de  
711 Castro Neto, na oportunidade concedida, cumprimentou a todos e abordou que praticamente todos  
712 os tribunais de contas dos estados aderiram a iniciativa visando a efetividade e eficiência da política  
713 pública. No breve discurso que realizou enfatizou que os tribunais de contas desempenham um  
714 papel para além de fiscalizar as contas dos entes públicos e que igualmente contribuem para o  
715 controle social, a partir da perspectiva de monitoramento das ações do gestor público, em especial  
716 no tocante ao atendimento das necessidades das pessoas com deficiência, das quais demandam um  
717 aparelhamento e atendimento diferenciado. Colocou o Tribunal de Contas do Estado do Goiás –  
718 TCM/GO; Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios – ABRACOM e a  
719 Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon a disposição de todos. Em  
720 seguida, a Sra. Carmem Viana Castiñeiras Bezerril iniciou a oportunidade cumprimentando a todos.  
721 Informou que é formada em Arquitetura e possui um irmão com deficiência severa e que a iniciativa  
722 foi instituída no ano de 2018, cujo objetivo central busca conscientizar pessoas sem deficiência  
723 visando o avanço da inclusão no meio social. Exibiu a Prática de Análise de Projeto e  
724 Acompanhamento de Obra e a foto do projeto relativo a nova sede da Câmara Municipal do  
725 Município de Goianira – GO, onde o valor contratado para a infraestrutura foi o de R\$1.670.072,52  
726 (um milhão seiscientos e setenta mil setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) e exemplificou  
727 as modificações realizadas no projeto supra. Em síntese, os resultados obtidos nas análises dos  
728 acompanhamentos dos projetos indicaram os seguintes fatores: Eliminação de desníveis no piso;  
729 Correção de inclinação de rampas; Inclusões de rampas; Correções de dimensões dos degraus de  
730 escadas; Aumento na largura dos corredores; Aumento do espaço para operação de portas. Mudança  
731 de largura das portas; Inclusão de vagas de estacionamento reservadas para as pessoas com  
732 deficiência; Inclusão de sanitários acessíveis com entrada independente; Inclusão de espaços de  
733 espera para pessoa em cadeira de rodas; e a Inclusão de assentos para pessoa obesa. Assim, a

734 Câmara Municipal de Goianira inaugurou no dia 01/01/2023, a nova sede do Poder Legislativo  
735 localizada no Jardim D’Assis. O prédio possui gabinetes amplos, com maior acessibilidade, mais  
736 dependências administrativas e um plenário com capacidade para receber mais de quatrocentas  
737 pessoas. Apresentou o quadro geral das irregularidades verificadas de acordo com o município,  
738 descrição do projeto e valores com relação a piso, corredores e portas; escadas, rampas e corrimãos;  
739 acessíveis; coletivos; vagas reservadas; e balcões e sala de espera. Evidenciou que esse trabalho  
740 vem sendo desenvolvido com o propósito, também, de incentivar aos outros tribunais de contas dos  
741 outros estados e municípios a desenvolverem esse tipo de fiscalização. Com a palavra, o Sr. Pedro  
742 Maranhão iniciou cumprimentando a todos e abordando como o trabalho da Comissão Permanente  
743 de Acessibilidade nos municípios influenciou e ampliou para outras frentes. Destacou que apesar da  
744 identificação das irregularidades, todos os municípios concordaram com a alteração das obras para  
745 o atendimento aos parâmetros de acessibilidade e exibiu o quadro de problemas fiscalizados.  
746 Ressaltou que os Arquitetos e Urbanistas não estavam preparados para elaborar projetos em  
747 atendimento aos parâmetros de acessibilidade, tanto os recém-formados quanto os profissionais que  
748 trabalham a muito tempo. Asseverou que para resolver os problemas de acessibilidade dos projetos  
749 seria necessária uma mudança de cultura no universo acadêmico, além da sensibilização social e  
750 comunitária nos municípios ao longo do território nacional. Mencionou sobre os eventos virtuais  
751 promovidos para a conscientização e sensibilização das pessoas quanto a legislação nacional das  
752 pessoas com deficiência, bem como a cartilha voltada as autoridades que aborda sobre  
753 acessibilidade. Para os Arquitetos e Urbanistas, enfatizou que estavam sendo elaborados cursos de  
754 capacitação para os profissionais no Estado do Goiás – GO e comentou a respeito das validações do  
755 projeto pelos órgãos e entidades que militam em prol dos direitos das pessoas com deficiência.  
756 Finalizadas as apresentações, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. O  
757 Conselheiro Luís Maurício Alves dos Santos comentou a respeito da obra que está em  
758 desenvolvimento próximo a Catedral de Brasília, onde não foram implementadas as calçadas sem o  
759 piso tátil e as rampas e a falta de acessibilidade as pessoas com deficiência na praça dos três  
760 poderes. O Conselheiro José Antônio Ferreira Freire parabenizou e abordou a respeito da honra que  
761 teve ao participar do desenvolvimento do projeto. Lançou um desafio aos convidados no sentido de  
762 fomentar a acessibilidade arquitetônica e comunicacional nos municípios. O Conselheiro Daniel  
763 Faganello iniciou a fala parabenizando o projeto desenvolvido e perguntando a respeito dos  
764 passeios livres já existentes, especificamente em como os profissionais que trabalham no órgão

765 público devem agir no tocante a contrapartida financeira dos passeios livres construídos por  
766 particulares. O Conselheiro Gabriel Franca do Couto abordou sobre as dificuldades das pessoas com  
767 deficiência no acesso aos equipamentos culturais e questionou se havia algum projeto em  
768 andamento que atendessem a acessibilidade arquitetônica e comunicacional nesses locais ou alguma  
769 estrutura que possa ser implantada. Em sede de questionamentos, a Conselheira Camilla de Vilhena  
770 Bemergui indicou se havia alguma exigência no cumprimento de cotas das pessoas com deficiência  
771 nas licitações, contratos, contratos executados e rescisões firmados com o Poder Público. A  
772 Conselheira Jô Nunes questionou como estava sendo realizada a capacitação dos funcionários.  
773 Respondendo aos questionamentos formulados, a Sra. Carmem Viana Castiñeiras Bezerril com  
774 relação ao problema envolvendo a obra próxima à Catedral de Brasília, informou que infelizmente  
775 não poderia auxiliá-lo na resolução do problema, mas que no seu entendimento, as calçadas são vias  
776 públicas e quase todos os municípios transferem o ônus de construção do equipamento de  
777 acessibilidade aos imóveis lindeiros. Sobre os acessos culturais, destacou que devido a existência de  
778 somente dois profissionais da área, infelizmente a barreira comunicacional ainda não é fiscalizada,  
779 sendo somente apreciadas as questões arquitetônicas de acessibilidade. Todavia, acreditou que o  
780 desenvolvimento do trabalho, na medida que for aumentando, a matéria poderá futuramente ser  
781 fiscalizada. Afirmou que a cartilha foi enviada aos (as) conselheiros (as) pelo *WhatsApp* e que  
782 estava à disposição de todos. Consoante a capacitação dos funcionários, o Sr. Pedro Maranhão  
783 respondeu que no trabalho de sensibilização apresenta a cartilha aos municípios e nos tribunais de  
784 contas ao longo do território nacional existem iniciativas que fiscalizam por exemplo, ensino de  
785 libras nas universidades. Noticiou que a Comissão Permanente está buscando reunir todos os  
786 tribunais de contas dos estados com vistas a analisar todas as frentes de atuação possíveis, como a  
787 cultura, comunicabilidade, dentre outros. Suscitando a fala, a Conselheira Jô Nunes sugeriu que  
788 fosse feita uma parceria com os conselhos regionais, que poderiam auxiliar na capacitação. Nas  
789 falas finais, os convidados agradeceram a oportunidade, distribuíram a cartilha elaborada tanto na  
790 versão em braille, quanto física e digital e, em seguida, a mesa foi desfeita. Seguindo, passou-se ao  
791 item Avaliação biopsicossocial. Convidada: Naira Gaspar, Diretora dos Direitos da Pessoa com  
792 Deficiência/SNDPD. Antes de passar a palavra, a Presidente Anna Paula Feminella realizou uma  
793 breve introdução sobre a análise biopsicossocial das pessoas com deficiência. Explicou que  
794 avaliação se iniciou a partir dos dados mais recentes publicados sobre as pessoas com deficiência no  
795 Brasil. Pesquisa na qual foi realizada no ano de 2022 e recentemente divulgadas pelo Instituto

796 Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em julho de 2023. A pesquisa inaugura um processo  
797 contínuo de estudo sobre a população com deficiência acima de dois anos e residente em domicílios  
798 particulares permanentes. Embora o número total de pessoas com deficiência no Brasil seja superior  
799 ao indicado pela PNAD, a continuidade da pesquisa e seu aperfeiçoamento permitia o  
800 monitoramento do impacto das ações de políticas públicas. Os dados indicaram que a taxa de  
801 analfabetismo entre pessoas com deficiência é quase cinco vezes maior que a geral, girando em  
802 torno de 19,5% em detrimento ao público ordinário que é de 4,1%. Já a conclusão do ensino básico,  
803 destacou ser menor entre pessoas com deficiência com cerca de 25,6% em detrimento a 57,3% da  
804 população sem deficiência. Informou que 78,8% da população das pessoas com deficiência estudam  
805 em escolas públicas. Quanto aos aspectos envolvendo a empregabilidade, relatou que a participação  
806 das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é reduzida, mesmo com maior escolaridade,  
807 agrupadas em cerca de 4,7%, com rendimentos sistematicamente menores e duplamente impactados  
808 por outros marcadores sociais, como cor, raça ou sexo. Outrossim, o rendimento médio real do  
809 trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de quatorze anos ou mais de  
810 idade, por cor ou raça e existência de deficiência no Brasil, no ano de 2022, restou-se o seguinte:  
811 brancas com deficiência – R\$2.358,00; brancas sem deficiência – R\$3.422,00; preta com  
812 deficiência – R\$1.485,00; preta sem deficiência – R\$2.051,00; parda com deficiência – R\$1.547,00;  
813 parda sem deficiência – R\$2.065,00. Nos dados relativos a faixa etária das vítimas de estupro e  
814 estupro de vulnerável no Brasil, em 2021, constatou-se que 31,7% possuíam de dez a treze anos de  
815 idade, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022). Ademais, os dados alarmantes de  
816 estupro coletivo de crianças e adolescentes representam um percentual de 65% e mais 10% são  
817 crianças e adolescentes que apresentam deficiências. Explicitou que as premissas da pesquisa  
818 buscam analisar a deficiência pela perspectiva dos direitos humanos, que ainda é uma narrativa a ser  
819 disputada, para que a população brasileira passe a compreender como tema de interesse público  
820 coletivo, que colabora para uma cultura política emancipatória, democrática, diversa e plural. Além  
821 disso, compreender que deficiência é uma categoria política possibilita planejar políticas públicas  
822 de forma mais assertiva; formar coalizões intersetoriais; gerar oportunidades de desenvolvimento  
823 regional de forma sustentável; e retirar pessoas com deficiência, suas famílias e comunidades do  
824 ciclo vicioso de violência e exclusão social. Dessa forma, elencou quais os passos devem ser  
825 tomados a partir das informações apresentadas, que são: A elaboração participativa do Plano Viver  
826 sem Limite 2; A regulamentação do artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão – LBI, destacando sobre

827 o instrumento de Avaliação Biopsicossocial Unificado da Deficiência e propor um Sistema de  
828 Avaliação da Deficiência; Articular interministerialmente e Inter federativamente a ampliação da  
829 capacidade estatal para responder às demandas da sociedade civil; e Promover a formação de  
830 lideranças para o exercício do protagonismo político, especialmente dos grupos vulnerabilizados; A  
831 difusão de informações e conhecimentos que contribuam para a formação de uma cultura  
832 anticapacitista. Nesse sentido, apresentou o organograma contendo as ações de reestruturação da  
833 equipe da Secretaria Nacional das Pessoas com Deficiência – SNDP, a saber: Edital para  
834 requisição/cessão de servidores realizado; Solicitação de ampliação dos cargos de confiança e  
835 terceirizados; A contratação de bolsistas, via TED com a Escola Nacional de Saúde Pública; A  
836 contratação de consultores do PNUD e da OEI para avaliação biopsicossocial, TEA e Comunicação  
837 da Secretaria; A formação contínua de servidores e demais colaboradores; e a Publicação do novo  
838 regimento, que já foi enviado para a Secretaria Executiva. Quanto aos Grupos de Trabalho e  
839 Comitês que a Secretaria Nacional das Pessoas com Deficiência – SNDP coordena ou participa,  
840 informou os seguintes: Despacho Viver sem Limite; GT da Avaliação Biopsicossocial da  
841 Deficiência; Comitê Interministerial de Apoio às Vítimas de Hanseníase; Comitê Interministerial de  
842 Doenças Raras; GT para o Aperfeiçoamento da Lei de Cotas nas Universidades; GT sobre Medidas  
843 de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo; GT da Política Nacional de Ações  
844 Afirmativas; GT sobre Concursos Públicos; e o Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva. No  
845 tocante ao Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência – SISDEF, abordou sobre a evolução  
846 do Sistema e do Painel contendo os indicadores oficiais para o monitoramento online das políticas  
847 públicas relacionadas às pessoas com deficiência. Apontou que estava em desenvolvimento a base  
848 de avaliações do Benefício de Prestação Continuada – BPC e os requisitos de acessibilidade que  
849 seriam necessários para o acesso das pessoas com deficiência à Administração Pública Federal. Para  
850 tanto, seriam necessárias algumas mudanças, sendo estas: 1) A inclusão de campos para captar  
851 informações sobre a acessibilidade dos prédios cadastrados no Sistema Unificado de Patrimônio da  
852 União – SPUNet/MGI; e 2) A inclusão de campo no Sistema Unificado de Patrimônio da União –  
853 SPUNet/MGI para o monitoramento dos prédios que já possuem os laudos de acessibilidade e  
854 planos de trabalho para sanar as inconformidades detectadas. Todavia, pontuou que estava em  
855 elaboração o Plano Nacional de Acessibilidade para Prédios da Administração Pública Federal pelo  
856 Ministério da Gestão e Inovação – MGI. Exibiu os folders da Campanha de Combate ao  
857 Capacitismo e afirmou a necessidade do apoio aos conselhos de direitos das pessoas com

858 deficiência, a partir da formação de Presidentes e Vice-Presidentes dos Conselhos Estaduais, da  
859 melhoria da comunicação, do apoio técnico e das impressões. Não obstante a isso, a Secretaria  
860 Nacional das Pessoas com Deficiência – SNDP promoverá Cursos de Especialização em  
861 Acessibilidade Cultura, que contará com um Processo Seletivo, a ser realizado ano corrente, onde  
862 serão abertas cinquenta vagas para cada região do Brasil. O curso será promovido em parceria com  
863 as seguintes Universidades Federais: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade  
864 Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS;  
865 Universidade Federal do Acre – UFAC; e a Universidade de Brasília – UnB. Além desse processo  
866 seletivo, será lançada a Escola Virtual de Governo, plataforma de cursos a distâncias gratuitos, por  
867 meio evg.gov.br. Os cursos ofertados serão inicialmente: Introdução à Língua Brasileira de Sinais  
868 (Libras); Introdução à Linguagem Simples; Introdução à Audiodescrição; Direitos Humanos e  
869 Saúde Mental; Acessibilidade em espaços de uso público; Acessibilidade em espaços urbanos;  
870 Acessibilidade na comunicação, dentre outros. Expôs que a preparação das conferências municipais,  
871 estaduais e do Distrito Federal (DF) terão a mobilização dos conselhos dos direitos da pessoa com  
872 deficiência e do documento orientador, que será publicado e distribuído em formato impresso, com  
873 versão em linguagem simples e estará disponível em formato digital no site do Ministério dos  
874 Direitos Humanos e Cidadania – MDHC, bem como serão realizadas reuniões com os conselhos de  
875 direitos para maiores orientações. Dito isso, apresentou o calendário relativo a V Conferência  
876 Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, contendo as seguintes etapas: Municipal – julho  
877 a outubro de 2023; Estadual – fevereiro a abril de 2024; e a Conferência Nacional – 14 a 17 de julho  
878 de 2024. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE conta ainda  
879 com a parceria da ENSP para a mobilização nos estados e coordenada a Comissão Técnica e a  
880 Comissão de Logística. Finalizada a apresentação, com a palavra, a convidada Sra. Naira Rodrigues  
881 Gaspar iniciou a apresentação sobre os diálogos realizados no âmbito do GT da Avaliação  
882 Biopsicossocial. Inicialmente cumprimentou a todos e abordou brevemente acerca do Grupo de  
883 Trabalho de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência, em especial das ações em fase de elaboração  
884 e articulação. Informou que estava em elaboração a carta acordo com a FIOCRUZ-Brasília, por  
885 meio da Cooperação Internacional com a OEI, com o objetivo de aperfeiçoar o IFBr-M e subsidiar a  
886 formação das equipes avaliadores e que estavam sendo articulados encontros com as equipes do  
887 Ministério da Previdência Social, INSS, Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência  
888 Social, Família e Combate à Fome – MDS, bem como a implementação do Sistema de Avaliação da

889 Deficiência. Mencionou que a carta acordo busca igualmente englobar os mais diversos nichos da  
890 avaliação biopsicossocial e que estava em execução a realização das Oficinas nos estados para  
891 conscientização e enfrentamento do capacitismo estrutural. Citou as capitais que já foram visitadas  
892 e as que irão ser visitadas consoante ao calendário que faz a saber: 12/07/2023 – São Paulo/SP;  
893 13/07/2023 – Salvador/BA; 14/07/2023 – Natal/RN; 27/07/2023 – Teresina/PI – 01/08/2023 –  
894 Florianópolis/SC; 11/08/2023 – Campo Grande/MS; 18/08/2023 – Rio de Janeiro/RJ e Recife/PE;  
895 22/08/2023 – Maceió/AL; 23/08/2023 – Fortaleza/CE/ 25/08/2023 – Manaus/AM. Nos eventos são  
896 feitas apresentações da iniciativa, para compreensão de todos sobre o programa e fazer com que as  
897 pessoas se sintam parte da política. Relatou a respeito do Programa Cidadania Marajó, que são as  
898 ações relativas aos direitos das pessoas com deficiência para identificar as barreiras contextuais por  
899 meio da Avaliação Unificada da Deficiência, com vistas a propor políticas públicas efetivas e  
900 específicas para o arquipélago do Marajó no campo das pessoas juvenis. Comentou sobre a  
901 realização das reuniões e das capacitações que serão promovidas com os membros do Grupo de  
902 Trabalho. Em seguida, o Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira iniciou a apresentação acerca dos  
903 diálogos transversais desenvolvidos no âmbito do Plano Viver sem Limite 2. Informou que o  
904 Programa Viver sem Limite 2 estava em elaboração e realizando um breve histórico a respeito do  
905 processo. Em síntese, alegou que no dia 08/05/2023, o Vice-Presidente da República despachou no  
906 sentido de que fossem determinadas providências para a elaboração do Plano no prazo de cento e  
907 vinte dias, com consequente envio para a Casa Civil até o dia 05/09/2023. A iniciativa é coordenada  
908 pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – MDHC com a participação de dez Ministérios,  
909 sendo estes: Casa Civil, Ministério da Educação – MEC, Ministério da Saúde – MS; Ministério da  
910 Justiça e Segurança Pública – MJSP; Ministério da Gestão e Inovação – MGI; Ministério da  
911 Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência  
912 Social, Família e Combate à Fome – MDS; Ministério das Cidades – MCid, Ministério do Trabalho  
913 e Emprego – MTE e Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – MDHC. O Plano Viver sem  
914 Limite 2 tem por objetivo geral o de promover os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e  
915 culturais das pessoas com deficiência e de suas famílias por intermédio do enfrentamento às  
916 barreiras que a impedem de exercer a plena cidadania. Enumerou quais eram os eixos abordados  
917 pela política, a saber: 1) Gestão e Participação Social; 2) Enfrentamento ao capacitismo e à  
918 violência; 3) Acessibilidade e tecnologia assistiva; e 4) Promoção dos direitos econômicos, sociais,  
919 culturais e ambientais. Quanto as etapas de construção da política pública, informou o seguinte:

920 junho/julho – Reuniões bilaterais com os Ministérios; junho/julho – Consultas públicas pela  
921 plataforma: Participa+ Brasil e site do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – MDHC;  
922 agosto – Debate sobre o programa no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –  
923 CONADE; julho/agosto – Diálogos transversais nos estados sobre o Viver sem Limite 2; e em  
924 setembro – Assinatura do Decreto e lançamento. Complementando a apresentação, o Sr. Alex  
925 Reinecke efetuou alguns informativos a respeito dos diálogos transversais já realizados, que foram  
926 os seguintes: 04/07/2023 – Atividade Autogestionada na 17ª Conferência Nacional de Saúde em  
927 Brasília/DF, resultando em vinte e duas propostas; 12/07/2023 – São Paulo, resultando em trinta e  
928 nove propostas; 13/07/2023 – Salvador/BA, resultando em quarenta e oito propostas; 14/07/2023 –  
929 Natal/RN, resultando em trinta e cinco propostas, perfazendo, assim, o total de cento e quarenta e  
930 quatro propostas agrupadas por eixo. Quanto aos diálogos transversais híbridos, indicou que no dia  
931 27/07/2023 estava prevista uma reunião com o segmento de gênero e deficiência, em 31/07/2023  
932 estava prevista uma reunião para tratar sobre as medidas de prevenção e enfrentamento ao  
933 capacitismo e no dia 08/08/2023 uma oficina sobre empregabilidade da pessoa com deficiência. Em  
934 arremate raciocínio, o Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira informou que a Secretaria  
935 Executiva estará agendando as últimas reuniões para iniciar o fechamento dos primeiros resultados  
936 das análises das propostas apresentadas. Finalizada a apresentação, foi aberta a palavra para  
937 manifestações e considerações a respeito. O Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato informou que  
938 colocou à disposição do Secretaria Nacional das Pessoas com Deficiência – SNDP um aplicativo  
939 que estava em desenvolvimento pela Federação Nacional das APAES acerca do IFBr-M e  
940 comentou sobre os dados sobre a empregabilidade das pessoas com deficiência. Sugeriu que a  
941 linguagem da consulta pública fosse mais simples para fomentar a participação e solicitou a  
942 socialização da agenda para divulgação interna nas entidades. A Conselheira Silvia de Oliveira  
943 Pereira questionou se a metodologia do debate seria encaminhada previamente e se a sistematização  
944 das contribuições estava sendo pensada no sentido de ser divulgada para todos e com vistas a não  
945 perder nenhum dado. O Conselheiro Gabriel Franca do Couto discursou sobre a importância de o  
946 plano contemplar a linguagem bilíngue para os surdos e segurança de se promover a educação  
947 infantil das crianças surdas. O Conselheiro Cesar Ackar Magalhães questionou se a Avaliação  
948 Biopsicossocial estava realmente validada, se estava em processo de validação e se o Conselho  
949 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE seria envolvido no processo para  
950 além da questão do combate ao capacitismo. A Conselheira Sônia Costa comentou a respeito da

951 retomada do Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva – CITA e convidou a todos para que  
952 estivessem presentes na reunião que será solicitada para tratar a respeito da participação do Comitê  
953 nas atividades do Plano Viver sem Limite 2. Em sede de réplica, o Sr. Antônio José do Nascimento  
954 Ferreira informou que a reavaliação da linguagem da consulta pública poderia ser revista e que a  
955 empregabilidade era um dos eixos centrais da política e que o Representante do Ministério do  
956 Trabalho e Emprego – MTE era um grande parceiro da iniciativa. Acerca das metodologias,  
957 esclareceu que a metodologia adotada se inicia com a apresentação sobre o Plano Viver sem Limite  
958 2, em seguida as pessoas são divididas em quatro grupos, visando realizar um debate a partir das  
959 perguntas animadoras, com a análise de um problema e de um resultado, do qual comporá a  
960 estrutura da política. Sobre a participação do Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva –  
961 CITA explicou que o grupo não integrava o Plano Viver sem Limite 2, mas somente ao Ministério  
962 da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. Com a palavra, a Sra. Naira Rodrigues Gaspar  
963 informou que o aplicativo desenvolvido pela Federação Nacional das APAES – FENAPAES estava  
964 sendo analisado e que tão logo os representantes da entidade seriam convidados a apresentá-lo no  
965 âmbito do GT da Avaliação Biopsicossocial, assim que for iniciada a linha do sistema. Explicou  
966 que foi validado cientificamente o instrumento de funcionalidade brasileira com a extensão “M” de  
967 modificado pela Universidade de Brasília – UnB, sendo recolhidas mais de dezoito mil avaliações e  
968 que a partir de uma parceria com a FIOCRUZ-Brasília o aperfeiçoamento dos dados seria feito.  
969 Logo em seguida, ingressou-se em uma discussão a respeito da validação do instrumento de  
970 avaliação elaborado pela Universidade de Brasília – UnB. Saneando a discussão, o Sr. Antônio José  
971 do Nascimento Ferreira, explicou que os estados que não foram contemplados com as visitas para a  
972 realização da Oficina não serão prejudicados e que a escolha dos estados foi em razão da  
973 disponibilidade orçamentária e das datas disponíveis. Quando a adesão dos estados, não soube  
974 informar e ressaltou que as conferências regionais talvez, fosse o evento ideal para divulgar o plano  
975 Viver sem Limite 2. Indicou que não haveria a possibilidade de encaminhar todas as propostas  
976 colhidas no âmbito das oficinas ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –  
977 CONADE, visto se tratar de um esboço de ideias que não foram validadas pelo governo. Contudo, a  
978 metodologia, quando estiver amadurecida, será submetida ao Conselho Nacional dos Direitos da  
979 Pessoa com Deficiência – CONADE para debate e discussão dos (das) conselheiros (as). Saneando  
980 o debate, a Presidente Anna Paula Feminella informou que o ato do Conselho Nacional dos Direitos  
981 da Pessoa com Deficiência – CONADE de 10/03/2020 publicou no Diário Oficial da União (DOU)

982 uma Resolução, que Aprova o Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado – IFBrM como  
983 instrumento adequado de avaliação da deficiência a ser utilizado pelo Governo Brasileiro, o qual  
984 considerou, sobretudo a avaliação do IFBrM, por meio de parâmetros científicos, pela Universidade  
985 de Brasília – UnB, bem como a aprovação da referida validação pela Comissão Nacional de Ética e  
986 Pesquisa – CONEP. Visando sanear a discussão, a Presidente Anna Paula Feminella finalizou as  
987 discussões e concedeu pausa para o almoço. Retomado os trabalhos na parte da tarde, do terceiro  
988 dia da 133ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –  
989 CONADE, iniciou-se a verificação do quórum. Verificado como suficiente, o Vice-Presidente  
990 Décio Gomes Santiago fez um breve discurso em agradecimento ao dia do amigo a todos os seus  
991 amigos do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. Em seguida, o  
992 Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné realizou um breve informe a respeito da prisão de um  
993 homem com deficiência intelectual, que foi solto no dia 26/07/2023. Instada a responder, a  
994 Secretaria Nacional das Pessoas com Deficiência – SNDP alegou que o processo estava em  
995 tramitação no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – MDHC, porém o assunto veio à  
996 baila para que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE discutisse  
997 a respeito do caso. Logo na sequência foi aberta a palavra para manifestações e considerações a  
998 respeito. O Conselheiro Cesar Ackar Magalhães sugeriu como encaminhamento que a questão fosse  
999 enviada à Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP para o  
1000 acompanhamento do caso. Por sua vez, o Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato informou que  
1001 haverá uma reunião extraordinária da supramencionada Comissão no dia 16/09/2023. O  
1002 Conselheiro Marcio Castro de Aguiar recomendou que fosse o Plenário autorizasse o Coordenador  
1003 da Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP, Conselheiro  
1004 Adinilson Marins dos Santos a tomar as medidas que achar cabíveis, devido a relevância e urgência  
1005 do caso, de forma ad referendum até que fosse realizada a reunião da Comissão para realizar o  
1006 diálogo a respeito do caso. Assim, solicitou mais esclarecimentos a respeito do caso, a fim de que  
1007 fosse discutido na referida reunião. Dessa forma, iniciou-se uma discussão a respeito de qual  
1008 encaminhamento poderia ser deliberado. Suscitando questão de ordem, o Conselheiro Cesar Ackar  
1009 Magalhães solicitou que o registro das datas, a saber: 13/07/2023 – A demanda chegou ao gabinete  
1010 do Ministro de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania; e o 19/07/2023 – O processo foi  
1011 repassado a Secretaria Executiva da Secretaria Nacional das Pessoas com Deficiência – SNDP.  
1012 Dessa forma, saneando o debate, o Vice-Presidente Décio Gomes Santiago encaminhou no sentido

1013 de encaminhar o processo à Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com  
1014 Deficiência – CDP, para que o Coordenador, até segunda-feira, enviasse o Ofício solicitando as  
1015 informações necessárias sobre o caso, para que, havendo necessidade, fossem dados os devidos  
1016 encaminhamentos na próxima reunião da Comissão. Dito isso, ingressou-se em regime de votação a  
1017 respeito do encaminhamento em epígrafe. Não havendo manifestações em sentido contrário e nem  
1018 abstenções, o respectivo encaminhamento foi considerado aprovado. Prosseguindo ao item  
1019 Empregabilidade para Pessoas com Deficiência. Convidada: Conselheira Camilla de Vilhena  
1020 Bemergui, Auditora Fiscal do Trabalho da Coordenação Nacional de Inclusão da Pessoa com  
1021 Deficiência e Beneficiários Reabilitados pela Previdência Social no Mercado de Trabalho do  
1022 Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e Sr. Rafael Faria Gieger, Auditor-Fiscal do Trabalho –  
1023 SRTE-RS. A Conselheira Camilla de Vilhena Bemergui, inicialmente cumprimentou a todos e  
1024 destacou sobre a importância de se abordar sobre a atuação da inspeção do trabalho na política  
1025 pública de inclusão da pessoa com deficiência no mercado formal. Realizou um breve histórico a  
1026 respeito da Auditoria Fiscal do Trabalho, consoante a Fiscalização da Cota Legal dos anos de 2000,  
1027 2003, 2006 e 2007. Alegou que as ações fiscais de sensibilização e orientação iniciaram em 2000,  
1028 em alguns estados, no âmbito dos Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Combate  
1029 à Discriminação, promulgado pela Portaria Ministerial nº 604/2000. Em 2003, houve a aprovação  
1030 das normas para a imposição de multa administrativa da Lei nº 8.231/1991, pela infração do artigo  
1031 93 (Portaria nº 1.199, de 28 de outubro de 2003, 12 anos depois). Em 2006, a Secretaria de Inspeção  
1032 do Trabalho – SIT assumiu a coordenação das atividades de fiscalização relacionadas ao  
1033 cumprimento da Lei de Cotas, cujo objetivo foi estratégico. Em 2007, o Ministério do Trabalho e  
1034 Emprego – MTE propôs ao Ministério do Planejamento a inclusão de uma ação específica relativa  
1035 ao tema no Plano Plurianual de 2008-2011. Dito isso, esclareceu que a Inspeção do Trabalho visa  
1036 verificar o cumprimento da Lei de Cotas, que se tornou a principal política pública para a inclusão  
1037 de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho. A inspeção do trabalho é a única  
1038 instituição com atribuição legal para fiscalizar o cumprimento do artigo 93, da Lei nº 8.213/1991,  
1039 sendo atividade e meta obrigatórias no Plano Plurianual de 2024-2027. Elencou como desafios da  
1040 fiscalização: A manutenção do vínculo empregatício; A fiscalização dos concursos públicos de  
1041 Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas; A acessibilidade dos locais de trabalho; A  
1042 identificação e combate à discriminação; e a Atuação de articulação interinstitucional. Apresentou  
1043 os dados sobre a inclusão das pessoas com deficiência no tocante a evolução do número de vagas

1044 ocupadas no Brasil, dentre os anos de 2008 a 2022, onde se verificou uma curva crescente iniciada  
1045 em 189.112 vagas em 2008 a 441.335 vagas em 2022. A queda do número em 2020, se deu em  
1046 razão da pandemia, mas no ano seguinte a curva voltou a subir. No tocante aos dados das vagas  
1047 reservadas, por natureza jurídica do empregador, os seguintes números foram apresentados: Vagas  
1048 Reservadas – Administração Pública: 20.870, Vagas Ocupadas: 2.423 (11,61%), déficit de 18.447  
1049 (88,39%); Empesas Públicas e Sociedades de Economia Mista – Vagas Reservadas: 33.768, Vagas  
1050 Ocupadas: 18.266 (54,09%), déficit de 15.502 (45,91%); e Empregadores Privados – Vagas  
1051 Reservadas: 828.256, Vagas Ocupadas: 412.520 (48,81%) e déficit de 415.736 (50,19%). Informou  
1052 que as principais barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência no mercado de trabalho são as  
1053 seguintes: Barreira atitudinal; Resistência das empresas na contratação de pessoas com deficiência,  
1054 sob a justificativa de que poucos trabalhadores com deficiência desejam ingressar no mercado de  
1055 trabalho, o que vem sendo corroborado no âmbito da justiça do trabalho; Seleções de empresas  
1056 públicas e sociedades de economia mista sem atenção à inclusão e acessibilidade; Número reduzido  
1057 de Auditores Fiscais do Trabalho; e uma Articulação interinstitucional ainda deficitária. Em  
1058 seguida, demonstrou as estratégias do Plano de Trabalho que estava sendo construído que conta  
1059 com as seguintes ações: treinamento dos Auditores Fiscais do Trabalho, especificamente em ações  
1060 de acessibilidade; Atribuições acessórias dentro da fiscalização de inclusão de pessoas com  
1061 deficiência-combate à discriminação; Parceria com outros órgãos da Administração Pública, como  
1062 SINE, INSS, MDS, AGU, dentre outros; Aprimoramento da fiscalização de editais e seleções  
1063 públicas; Fortalecimento da atuação em rede; e a Produção de vídeos institucionais, a fim de  
1064 orientar empregadores e demais interessados sobre questões técnicas relativas à contratação de  
1065 pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados pela Previdência Social. Logo na sequência, o  
1066 Sr. Rafael Faria Gieger, com a palavra, apresentou brevemente algumas reflexões a respeito das  
1067 pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Comentou que para além do trabalho, a ocupação  
1068 de uma vaga de emprego trata-se do direito da dignidade humana e do exercício da igualdade de  
1069 condições. Compreendeu que as empresas que reclamam da Lei de cotas são as instituições que não  
1070 cumprem a legislação e que os empregadores deveriam contratar as pessoas com deficiência sem  
1071 culpar exclusivamente a deficiência e que isso se trata ainda, do atendimento a função social da  
1072 empresa. Discursou que no Brasil havia a necessidade da proeminente fiscalização dos  
1073 empregadores e a promulgação de uma “Lei forte” para assegurar o emprego das pessoas com  
1074 deficiência. Abordou que as empresas costumam classificar as deficiências e privilegiar as pessoas

1075 que possuem uma deficiência mais leve, caráter evidentemente discriminatório, o que dificulta  
1076 muito a fiscalização do trabalho a identificar essa prática cruel. Ressaltou que um dos desafios da  
1077 fiscalização é o enfretamento do judiciário, o que poderá ser superado a partir da publicação de um  
1078 instrumento normativo que tenha a capacidade de classificar as deficiências em leve, moderada e  
1079 grave, a fim de possibilitar a valorização da cota, bem como aprimorar os sistemas de busca de  
1080 emprego, a exemplo do SINE, dentre outros. Finalizadas as apresentações, abriu-se a palavra para  
1081 manifestações e considerações a respeito. A Conselheira Silvia de Oliveira Pereira sugeriu que o  
1082 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE elaborasse uma defesa  
1083 intransigente da Lei de Cotas sem que houvesse concorrência com segmentos, de pessoa com  
1084 deficiência ou de cuidadores de pessoas com deficiência, a exemplo de mães e cuidadores. O  
1085 Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato comentou a respeito da publicação do livro publicado pela  
1086 Federação Nacional das APAES – FENAPAES e acerca dos materiais em consonância com a  
1087 matéria exposta que estavam em elaboração. O Conselheiro Luís Maurício Alves dos Santos sugeriu  
1088 que fosse instituído um Grupo de Trabalho no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa  
1089 com Deficiência – CONADE, para que propostas de Lei sobre a empregabilidade das pessoas com  
1090 deficiência fosse formulado para mudar os dados reais do subemprego. O Conselheiro Falk Soares  
1091 Ramos Moreira comentou a respeito da contratação dos profissionais surdos no ensino de libras nos  
1092 cursos de formação. O Vice-Presidente Décio Gomes Santiago questionou qual caminho poderia ser  
1093 tomado para realizar uma denúncia sobre a inobservância da Lei de Cotas. Em contrapartida, o Sr.  
1094 Rafael Faria Giguier, comentou acerca da adaptação razoável da Lei Brasileira de Inclusão – LBI e  
1095 sobre as pessoas com deficiência intelectual e visual no Rio Grande do Sul. Complementando a fala  
1096 anteriormente exposta, a Conselheira Camilla de Vilhena Bemergui sugeriu que o encaminhamento  
1097 dado pela manifestação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE  
1098 fosse feito tão logo com o propósito de aproveitar o aniversário da Lei de Cotas. Com relação ao  
1099 oferecimento de denúncias, informou que em todos os estados da federação existe os órgãos  
1100 estaduais do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, cidades com representações locais, via site  
1101 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Em arremate raciocínio, colocou-se à disposição de  
1102 todos e informou o seu e-mail a saber: [camilla.bemergui@mtp.gov.br](mailto:camilla.bemergui@mtp.gov.br). O Vice-Presidente Décio  
1103 Gomes Santiago encaminhou no sentido de que na próxima reunião do Conselho Nacional dos  
1104 Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE fosse discutida a elaboração da manifestação em  
1105 defesa da Lei Cotas. Em seguida, ingressou-se nos Encaminhamentos da reunião. Logo em seguida,

1106 o Vice-Presidente Décio Gomes Santiago, agradeceu a presença e participação dos convidados e  
1107 passou as informações gerais. Informou o seguinte: 1) Será dado o encaminhamento ao Ofício  
1108 direcionado ao Ministério da Fazenda, para que prestasse os esclarecimentos sobre o Ofício  
1109 CONADE nº 060/2023 a respeito do caso envolvendo a Lotex; 2) A próxima Reunião Ordinária do  
1110 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE será realizada no dia 14 e  
1111 15 de setembro de 2023 e que no mesmo dia será realizada a capacitação dos(as) conselheiros(as);  
1112 3) que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE estava aguardando  
1113 a data do lançamento oficial do Programa Viver sem Limite 2, que será em conjunto com a segunda  
1114 etapa da capacitação dos (as) conselheiros(as) do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com  
1115 Deficiência (CONADE), tanto Titulares quanto Suplentes; 4) que a questão envolvendo o  
1116 calendário de comemorações poderia ser iniciado na segunda-feira, com a alusão ao aniversário da  
1117 Lei de Cotas; 5) O encaminhamento de um Ofício ao Departamento Nacional de Trânsito –  
1118 DENATRAN sobre a Carteira de Motorista para a comunidade surda; 6) O encaminhamento do  
1119 processo a respeito da prisão do homem com deficiência preso à Comissão de Defesa e Proteção  
1120 dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP, para que o Coordenador, até segunda-feira,  
1121 enviasse o Ofício solicitando as informações necessárias sobre o caso, para que, havendo  
1122 necessidade, fossem dados os devidos encaminhamentos na próxima reunião da Comissão.  
1123 Suscitando a fala o Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato registrou que até o momento o Ofício  
1124 não havia sido encaminhado para assinatura. Aproveitando o ensejo, o Conselheiro Gabriel Franca  
1125 do Couto sugeriu que fosse encaminhado um Ofício à Presidência da República requerendo que em  
1126 todos os eventos oficiais onde houver a presença do Presidente da República, que este esteja  
1127 acompanhado por um interprete de libras e que fosse indicado no mesmo documento a necessidade  
1128 de que as autoridades realizassem suas Audiodescrições. Visando dar um encaminhamento a  
1129 respeito, o Vice-Presidente Décio Gomes Santiago informou que poderia ser elaborado um Ofício a  
1130 respeito do assunto e encaminhado a todos os órgãos responsáveis, o que foi acatado por todos. Por  
1131 último, solicitou que diante das notícias de mudança dentro do Ministério dos Direitos Humanos e  
1132 Cidadania – MDHC, em especial com a mudança do cargo de Ministro de Estado, sugeriu ao  
1133 Plenário que fosse elaborada uma Nota de apoio a permanência do Ministro Silvio de Almeida no  
1134 cargo de Ministro de Estado de Direitos Humanos e Cidadania, sendo lida a minuta que foi redigida.  
1135 Logo em seguida, a Nota de Apoio foi submetida a votação, não havendo manifestações ou  
1136 abstenções, o documento foi considerado aprovado. Suscitando a fala, o Conselheiro Roberto Paulo

1137 do Vale Tiné informou a respeito da solicitação feita pela Presidente Anna Paula Feminella para a  
1138 elaboração de uma moção de apoio em reconhecimento ao trabalho do Ministério Público do  
1139 Trabalho – MPT, da Representação Regional do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE de  
1140 Santa Catarina no caso envolvendo a trabalhadora doméstica surda encontrada em condições  
1141 análogas à escravidão. Nesse sentido, a manifestação foi aprovada e será encaminhada para a  
1142 Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP, para elaboração  
1143 da minuta. **ENCERRAMENTO:** Feitos os agradecimentos a todas as pessoas e não havendo mais  
1144 nenhum item a ser tratado o Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com  
1145 Deficiência, Décio Gomes Santiago, agradeceu a presença de todos e encerrou a 133ª Reunião  
1146 Ordinária do CONADE.

1147

1148

**Décio Gomes Santiago**

1149

**Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE**

1150

Julho de 2023